

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO TRINTA** -----

----- No dia 17 de Junho de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Helena Carvalho Santos Oliveira Lopes, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Lobo Gomes da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro,

Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Manuel Sousa Santos Reis, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Rui Manuel Santos Matos Alves, Eduardo Manuel Reis Vieira, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, João Gordo Martins, António Manuel Passos Rapoula, Pedro Miguel Alves Amaro, Ana Cristina Martinho Ferreira Costa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Carlos Filipe Marques Lima, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António Canelhas Granadeiro, José Miguel Nunes Anacoreta Correia e Lourenço Ramos Bernardino. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Coelho. -----

----- João de Deus (PSD), por 6 meses, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Prôa. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por 1 dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Vieira. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por 10 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Marques. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Rui Roque (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Ferreira de Lemos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Amaro. -----

----- Isabel Castro (PEV), de 6 a 24 de Junho inclusive, sendo substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aníbal Jorge Dias (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 18 de Março de 2003. -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente às reuniões realizadas nos dias 17 e 24 de

Junho de 2003. -----
----- Isabel Castro (PEV), relativamente à reunião realizada no dia 13 de Maio de 2003. -----
----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----
----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----
----- **A Sra. D. Maria Morgado Rodrigues**, moradora na Av. Avelino Teixeira da Mota, lote 314, r/chão dtº, 1900-625 Lisboa, falando em nome dos moradores da referida leu a exposição que a seguir se transcreve: -----
----- “Somos moradores da Avenida Avelino Teixeira da Mota e Rua Ferreira de Castro, do Bairro da Flamenga. -----
----- O motivo que aqui nos trás é a indignação pela forma como estão a ser feitas as vendas dos andares em que habitamos, visto que a 3 de Outubro de 2002 foram vendidos andares por 22.126,76 euros, sem que tivessem sofrido obras de manutenção das fachadas exteriores. -----
----- Os nossos andares nos quais foram efectuadas obras de manutenção no exterior foram postas à venda por 24.721,35 euros, diferença que pensamos tratar-se pelo facto de terem sido efectuadas as respectivas obras. -----
----- Mas a 30 de janeiro de 2003 foram enviadas novas cartas com o propósito de comunicar o novo valor para as nossas habitações, ficando avaliadas em 35.632,89 euros. Este acréscimo de valor foi-nos justificado, que o valor anterior não contemplava o valor das obras efectuadas no exterior. Não obstante, foi-nos enviada na carta a fórmula que rege e define o valor das habitações, curiosamente a fórmula (cito Artigo 30 do Edital N.º 124/92), foi utilizada incorrectamente uma vez que a sua aplicação resulta num valor diferente do apresentado. -----
----- O propósito desta carta é comunicar o nosso desacordo com o valor apresentado, na sequência tentamos por inúmeras vezes expor a situação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, oportunidade essa que não nos foi cedida, desde então o processo decorre da seguinte forma: -----
----- No dia 26 de Fevereiro de 2003 tentamos expor a situação, não nos foi permitido, fomos convidados a abandonar a Sala de Audiências pela Srª Vereadora, Drª Helena Lopes da Costa e Dr. Gonçalo Moita, que nos recebeu no corredor informando-nos que seria necessário realizar uma reunião, reunião essa que ficou agendada para dia 6 de Março de 2003, na qual só compareceram o Dr. Gonçalo Moita e o Dr. Ferreira Pinto. Nesta reunião nada se decidiu, ou seja nada ficou resolvido. -----
----- Tentamos novamente expor a nossa situação ao Sr. Presidente no dia 31 de Março de 2003, mas a nossa representante aquando da inscrição foi abordada pelo Sr. Fernando Eisel que conversou com a mesma até às 11:30h, evitando assim que a inscrição fosse efectivada. Nesse mesmo dia, no período da tarde, foi-nos informado que para resolvermos a nossa situação era necessário agendar uma reunião com a Lispatrim, ficou agendada para 17 de Abril de 2003. -----
----- Desta feita foi-nos comunicado a seguinte explicação: -----

----- - Moradores que enviaram requerimento, o valor seria o resultado da aplicação da fórmula. -----

----- - Moradores que não enviaram requerimento, rege a venda, o Artigo 10º do Edital Nº 124/92, artigo este que nos foi remetido em fotocópia adulterada. -----

----- Podemos prova-lo, segue em anexo o documento. -----

----- Para além de toda esta situação, sucedeu-se uma venda, já com escritura no valor de 24.721,35 Euros na Avenida Avelino Teixeira da Mota, quando questionamos o porquê deste valor ser diferente do que nos foi apresentado, informaram-nos de que se trata de um caso especial. Gostaríamos que nos justificassem como é que uma casa igual, na mesma Avenida pudera ter preço diferente. Ficamos a aguardar esta justificação. -----

----- Não obstante, pedimos desculpa pelo incómodo, agradecemos desde já a vossa compreensão.” -----

----- **O Sr. Rodrigo Manuel Pinto Cabacos**, morador na Av. Virgílio Ferreira, 704 – 2º esqº 1900-843 Lisboa, falando em nome da Comissão de Organização do PCP na Freguesia de Marvila, leu a seguinte exposição: -----

----- “Somos à volta de 15.000 moradores nos bairros da Flamenga e do Armador situados na Freguesia de Marvila. Na maioria gente séria e trabalhadora. -----

----- Pagamos os nossos impostos, logo temos os nossos direitos de usufruir os bens e serviços públicos. Temos coisas boas e coisas más. Neste momento estamos numa situação de marginalização por parte das entidades oficiais quer sejam do Poder Central quer sejam do Poder Autárquico. Referimo-nos aos transportes públicos que operam nesta zona. Estamos-nos a referir à Carris e ao Metropolitano de Lisboa. -----

----- A Carris com as suas carreiras 10 – 59 – 103 – 104 serve deficientemente esta zona, notando-se que houve uma diminuição nas carreiras aumentando, assim, o tempo de perdido, em filas de espera, chegando a atingir entre 30 a 40 minutos. A carreira 103 não se efectua nos dias úteis a partir das 21 horas e aos sábados, domingos e feriados não se efectuam prejudicando os utentes residentes no bairro de Armador que trabalham nestes dias ficando restritos à carreira 10. -----

----- Esta situação poderia ser atenuada com a utilização da estação do Metro da Bela Vista junto ao Feira Nova, caso houvesse vontade política de resolver este problema que não é muito complicado uma vez que a estação está operacional. Era só desentaipar o acesso ao cais e o acabamento da escadaria das entradas encontrando-se inoperacionais desde a sua inauguração. -----

----- Se a Junta de Freguesia de Marvila pudesse intervir nesta área há muito que esta situação estava resolvida. -----

----- Assim, foi necessário desenvolver uma acção de protesto, com recolhas de assinaturas, junto às duas entradas do Metro com a presença dos órgãos da comunicação social, acção esta que foi iniciativa do Executivo da Comissão de Organização na Freguesia de Marvila do PCP e que teve uma boa adesão por parte da população. -----

----- E por último, queremos em nome dos subscritores do abaixo-assinado e dos restantes utentes apelar quer ao Executivo Camarário quer a esta Assembleia que

desenvolvam as diligências necessárias junto da Administração do Metro, tendentes à solução deste problema que afecta não só os moradores como também os restantes utentes deste meio de transporte. -----

----- Aproveitamos esta oportunidade para informar V.^{as} Ex.^{as} que o abaixo assinado irá ser entregue ao Sr. Ministro da Tutela, na esperança de que ele possa também intervir na solução desta situação.” -----

----- **O Sr. Abel Moreira**, apartado 223, 2745 Queluz, disse que há alguns dias o Senhor Presidente da República, através dos meios de comunicação social, fez um veemente pedido de respeito aos políticos, pelo que hoje, como simples cidadão, fazia também um apêlo aos políticos que respeitassem os eleitores. Isto a propósito do famoso processo do Libersil, por si colocado várias vezes na Assembleia Municipal, em relação ao qual o anterior e o actual Presidente da Câmara, além de não resolverem o problema também impediram, e impediam, que as pessoas tivessem acesso a eles para procurar encontrar uma solução. -----

----- Portanto, pedia à Assembleia que se tentasse debruçar sobre esse pequeno exemplo, para que mais tarde não fossem surpreendidos com coisas como estavam a acontecer actualmente e que tinham muito a ver com isso. Aliás, era exactamente pelo não se responsabilizar, pelo deixar ir passando, passando, que tinham os problemas que tinham na sociedade, e com tendência para aumentar. -----

----- **A Sra. D. Maria Leonilde Santos**, moradora na Rua José Garcia Pires, 22 – 1º retaguarda, 2800 Almada, disse que tem um prédio na Rua Gervásio Lobato, n.º 15, com o telhado degradado, sem algeroz, com água a cair nos inquilinos de cima, enfim, parcialmente em ruínas. Tinha rendas de 30 euros por mês portanto não havia possibilidade de fazer obras, pedira a propriedade horizontal para conseguir vender um andar que conseguira recuperar, mas há seis meses que andava a tratar disso e ainda não conseguira porque o processo do prédio estava no Arquivo do Alto da Eira, onde se dizia que as obras acabavam hoje, acabavam amanhã e acabavam depois, mas pelos vistos nunca mais acabavam. -----

----- Portanto, o que pretendia era que lhe fosse dada a propriedade horizontal para que pudesse andar para a frente com o seu caso. -----

----- **A Sra. D. Lisete do Carmo Franco da Silva**, moradora na Rua Adolfo Coelho, n.º 26 – 1º esqº 1900-030 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Assunto: Obras de Conservação num prédio sito na R. Adolfo Coelho, Nº 26 Processo Nº 131/IC191. -----

----- “Em referência ao ofício de V.^{as} Ex.^{as}. n.º 0623/AML/01, de 25/07/01, de que junto fotocópia, como passaram mais de dois anos, sem qualquer resposta, dirijo-me novamente a esta Assembleia. -----

----- Com mais dois anos a situação agravou-se, o algeroz continua a desfazer-se e a escada de salvação já tem mais buracos que degraus. Já em 1991 o fiscal da zona considerou o prédio no grau de risco B. -----

----- Agravando esta situação, temos o último andar, 2º esqº, que fica por cima do meu, que embora tratando-se dum condomínio, (proprietária MARIA ALICE MEIRA LOURENÇO, moradora na Av. Eng. Duarte Pacheco, nº 3 - 4º Eº, 1070 Lisboa) se

encontra abandonado e em total degradação, vidros da marquise todos partidos, janela escancarada, tendo o estuque do tecto já desabado, deixando a chuva entrar por entre as telhas partidas, ficando a marquise alagada. -----

----- O meu andar que fica por baixo, embora seja alugado, custeei-lhe obras de conservação, com autorização do Senhorio, em Agosto/2001, ou seja há um ano e meio, no valor de 3 298 600\$, tendo ainda mandado rebocar e pintar a parede lateral das traseiras com colocação da prumada do algeroz em PVC, no valor de 178.800\$00, totalizando a obra 3 477 400\$, de que junto fotocópia. -----

----- Neste momento o meu andar já tem o tecto e as paredes da marquise amarelas. Falamos de um condomínio abandonado, num prédio onde nos andares abaixo foram feitas obras de conservação. -----

----- Apelo ao Presidente da Assembleia, assim como ao Presidente da C.M.L., Dr. Santana Lopes no sentido de se poder resolver esta anomalia.” -----

----- **A Sra. D. Maria de Lurdes Lopes Rodrigues**, moradora na Rua das Damas, n.º 4 – 1º dtº, 1100-193 Lisboa, disse que soube que o Sr. Presidente da Assembleia pediu certidão dos processos 143/I/DMRU/96 e 190A/RH/98, portanto já estava na posse desses documentos, e a esses documentos vinha juntar um requerimento de duas folhas com catorze documentos em anexo. (Entregou na Mesa) -----

----- Seguidamente, disse que esperava que em Portugal não fosse proibido falar porque, pelos vistos, estavam a voltar ao antigamente onde, de facto, era proibido falar. -----

----- Disse que era contra que se fizesse recuperação de bairros históricos sem projecto. Aliás, queria que explicassem como apenas com base no seu processo, que tinha sete anos e era num bairro histórico, fariam as obras de recuperação sem projecto. -----

----- Disse, ainda, que o Dr. Santana Lopes não tinha o direito de silenciar todos os cidadãos que queriam falar nas suas reuniões, mas isso continuava a acontecer. Esperava que essa situação fosse resolvida porque aquilo que ainda tinha para denunciar era grave e queria denunciá-lo para que as coisas melhorassem. -----

----- Seguidamente pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que fizesse a verificação das contas do membro do seu partido, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sr. Luís Campos, para ver o que aconteceu ao dinheiro que existia na anterior Junta, Junta essa com a qual sempre se entendera bem, mas desde que o Sr. Luís Campos entrara para a Junta, ele que nem sequer era do bairro, o que estava a acontecer era muito grave. Aliás podiam-lhe perguntar como é que ele fez para colocar a sobrinha dele na Junta de Freguesia, com os tais concursos públicos. Falando ele do comunismo e da defesa do trabalhador, afinal que tipo de comunismo era esse em que se vedava o acesso aos documentos conforme se fazia no fascismo, e a pôr preços mais altos do que a própria Câmara. -----

----- O que estava a acontecer era um escândalo e tinham o direito de viver com dignidade, mas ele deixara uma senhora de 76 anos, que era sua vizinha, viver nas condições mais vergonhosas durante 16 anos. Isso não tinha nada a ver consigo, mas ele fazia isso a toda a gente. -----

----- Por fim, disse que queria terminar com palavras dele próprio: ele dizia que se estava a “cagar” para o seu problema cada vez que passava debaixo da sua janela. Isto entre outras palavras que lhe dizia como que ela estava maluca, que consumia droga ou que era isto e aquilo. Ou seja, além da corrupção, achava-se ainda no direito de denegrir a imagem dos outros para poder continuar a fazer aquilo que estava a fazer. --

----- **O Senhor Presidente** disse à munícipe que o texto da sua intervenção seria transcrito e enviado à Câmara e seria também tratado, obviamente, a nível da própria Assembleia Municipal. -----

----- **O Sr. José Carlos Fonseca da Silva**, Rua 1º de Maio, 101 a 103, 1300 Lisboa, falando como membro da Comissão de Trabalhadores da Carris, leu a seguinte exposição: -----

----- “O objectivo central é dar-vos a conhecer alguns traços da maior ofensiva contra a Carris – empresa pública de transportes, e cujas consequências para os que vivem e trabalham em Lisboa e utilizam os seus serviços, serão, em nosso entender, gravísimos se não formos capazes de lhe pôr cobro. -----

----- Ao longo dos anos, fruto de várias políticas anti-sociais que têm sido seguidas, temos vindo a sofrer a redução sistemática da oferta. -----

----- Só entre 2000 e 2003, segundo números da empresa, em veículos km, ou seja no total de kms percorridos pelo conjunto dos autocarros da Carris durante o ano, a diminuição foi de mais 1,3%. -----

----- Daqui se conclui que tivemos menos transportes. -----

----- Estas medidas de redução da oferta contribuíram decisivamente para que no mesmo período de 3 anos, 26 milhões de passageiros (o que equivalerá a cerca de 40 mil pessoas) fossem empurradas para outros meios de transporte. -----

----- Neste momento, a Administração anuncia, e tem em curso, uma dita reestruturação que, a ser levada a cabo, traduzir-se-á numa redução brutal da oferta, redução essa que atingirá níveis nunca inimagináveis. -----

----- Com o abate do segmento da frota mais antiga, sem a correspondente substituição por frota nova, preparam um plano de que aqui deixamos alguns apontamentos. -----

----- Um grupo a que chamam de ‘trabalho’, analisa carreira a carreira os cortes que considera possíveis, podendo-se avançar desde já o seguinte: -----

----- Objectivo central: cortar serviços em todas as carreiras. -----

----- - Eliminar a carreira 78 (Campo Grande - Telheiras), sendo o percurso garantido pela carreira 47, donde teríamos um trajecto mais longo e maiores intervalos entre autocarros. -----

----- - Rede da madrugada, acabar com ela. -----

----- - Serviços nocturnos, cortes drásticos. Por exemplo, a carreira 20 (Picheleira - Alto de Santo Amaro) suprimir os carros que saem antes das 5 horas da manhã. -----

----- - A carreira 35 (Hospital de Santa Maria - Cais do Sodré) que já tem intervalos à tarde de 20 minutos, passará a ter intervalos de meia hora. -----

----- - Por exemplo, nas carreiras cujos autocarros saem da Musgueira, apenas os de Odivelas se manteriam até à entrada em serviço do Metropolitano, isto é: carreiras 7, 36 e 101. Nas restantes, estão a ser preparados cortes. -----

----- - A carreira 77 já eliminaram 1 autocarro. -----
----- - A carreira 35 tem o último autocarro às 20.35h, prepararam-se para reduzir uma hora mais cedo. -----
----- - A carreira 85 passaria a circular apenas nas horas de ponta. -----
----- Embora a empresa diga que tem um plano de aquisição (se houver dinheiro) de 300 novos autocarros, quando abrir o concurso, não consegue que as primeiras entregas sejam antes de 6 ou 7 meses após a adjudicação do contrato, e o abate dos velhos autocarros está previsto até 31 de Dezembro de 2003, data prevista para o encerramento da Estação de Cabo Ruivo. -----
----- Este breve panorama que aqui vos deixamos e que já por si abrange praticamente toda a cidade, estender-se-ia a todas as outras estações. -----
----- Trata-se, portanto, de um plano em que, a pretexto de responder à situação de um segmento da frota envelhecido, visa, de facto, acabar com o serviço e não tratar da sua renovação, como facilmente se verifica e seria normal se a preocupação fosse o serviço público, responder às necessidades das populações. Se esse fosse realmente o objectivo da gestão, então, primeiro seria encomendado material novo e reforçar-se-ia a manutenção do existente para garantir a fiabilidade mínima do serviço e só após, se iniciaria o abate gradual das viaturas. -----
----- Mas de facto, não é isto que se passa. -----
----- No que diz respeito aos trabalhadores, só no ano passado até Maio saíram, finto da repressão e por pressão da empresa, através de um plano de chamadas ‘rescisões amigáveis’, 300 trabalhadores. Resultado, só um exemplo: há dias na carreira 107, um motorista durante o seu turno de trabalho teve de utilizar 3 viaturas pois foram avariando, e no dia 6 de Junho às 7h 20m pararam 2 autocarros seguidos na carreira 47 com intervalos de 12m, passou a fazer-se com intervalos de 36 minutos. -----
----- E não ficam por aqui! -----
----- Da reestruturação anunciada, consta também o encerramento da Estação de Cabo Ruivo e em Santo Amaro ficariam apenas os eléctricos, sendo transferidos para Miraflores os restantes serviços. -----
----- Refira-se que com o encerramento de Cabo Ruivo, qualquer avaria em autocarros que servem a zona envolvente (Olivais, Marvila e também Beato) implicará um período de espera muito maior, pois o local de partida do veículo de substituição é muito mais longe. -----
----- Esta ofensiva do Governo PSD/CDS-PP e da Administração vai ter seguramente, por parte dos trabalhadores da Carris, o devido combate e resistência. -----
----- Porém o problema ultrapassa largamente o âmbito da empresa, pois a garantia do direito à mobilidade na cidade de Lisboa está posta em causa. -----
----- Assim, o problema, diz despeito também à população e aos utentes da Carris.” ---
----- **O Senhor Presidente** disse ao município que deixasse a documentação que a Mesa fá-la-ia chegar à Comissão e à Câmara Municipal. -----
----- **O Sr. Vítor Manuel Soares Pereira**, morador na Av. António José de Almeida, n.º 22, 1000 Lisboa, falando em nome da FSTRU, disse que estavam preocupados com aquilo que se estava a pensar fazer na Carris. E estavam muito preocupados

quando ouviam o Sr. Primeiro-Ministro dizer à comunicação social que se estava a pensar em municipalizar primeiro para depois privatizar. -----

----- Por outro lado, estavam também preocupados porque a FESTRU, sendo uma organização sindical que representava os sindicatos rodoviários a nível nacional, sabia o que aconteceu à população do País com a privatização da Rodoviária Nacional, que, efectivamente, trouxera menos transportes à população do País, isolara populações, e hoje, infelizmente, havia muitas crianças, idosos e trabalhadores que se queriam deslocar e não se deslocavam por falta de transportes. -----

----- O alerta que queria deixar era que os trabalhadores da Carris sempre trabalharam e sempre tudo fizeram para prestigiar a empresa, empresa essa que sempre servira da melhor forma a população de Lisboa. A Carris é dos lisboetas e dos que trabalhavam em Lisboa, pelo que não era só aos trabalhadores da Carris que competia defender a empresa, mas também aos autarcas de Lisboa, que foram eleitos pelas populações para as defender. -----

----- Continuando, disse que o que estava hoje em causa era o direito à mobilidade, o direito à liberdade de circulação, porque a liberdade de circulação também fazia parte da democracia. A liberdade não era só de expressão no falar, a liberdade era também as pessoas poderem movimentar-se quando queriam e podiam. -----

----- Portanto, se os autarcas da cidade não se juntassem aos trabalhadores da Carris e não lutassem para que esta empresa ficasse como estava, isso seria muito mau. -----

----- Disse, ainda, que da parte dos trabalhadores estava assumido que iriam lutar para que a Carris não fosse privatizada, e apelava a todos os autarcas que se juntassem a eles, porque as populações seriam altamente prejudicadas com a privatização da Carris. -----

----- Era essa a mensagem que deixava, com o pedido que se lembrassem que foram eleitos para defender a população e que estava nas suas mãos também prestigiar, dessa forma, a política e os políticos. Não podiam deixar que ninguém atraísse a população de Lisboa, não podiam deixar que o Governo estivesse mais preocupado com a componente económica do que com a componente social. -----

----- Terminou dizendo que os lisboetas tinham os olhos neles, e por isso lhes apelavam porque todos juntos eram poucos para defender a Carris, e o que estava em causa era o direito à mobilidade e ao transporte das populações. -----

----- **O Senhor António Neves dos Reis**, morador na Rua Frederico George, n.º 8 – 3º esqº, 1600 Lisboa, disse que tem um andar no Bairro das Galinheiras, num prédio que neste momento tinha em curso na Câmara um processo de legalização, e que tinha uma história algo caricata. A construção do prédio foi licenciada em 1980, foi construído em 1982/83 e começara a ser vendido em 1985 sendo ele um daqueles que cometera a asneira de comprar lá um andar. -----

----- Depois foi para lá viver com os demais inquilinos e em 1996/97 um dos inquilinos que era proprietário de um dos andares divorciou-se e teve necessidade de vender a sua casa. Iniciou então o processo para a venda do andar tendo chegado à conclusão de que não havia sequer um projecto na Câmara e ninguém conseguia resolver o problema. Entretanto, depois de várias reuniões com o Gabinete da

Presidência da altura, saiu um despacho em 1997 no sentido de se proceder à legalização do prédio. -----

----- A partir daí os moradores trataram de tudo que a Câmara lhes ia pedindo para a legalização do prédio, até que se abriu um processo de obra, concretamente o n.º 290/OB/2000, para que entrasse como obra nova. Essa foi a solução que a Câmara deu para a resolução do problema. -----

----- A razão porque agora intervinha era que depois dos proprietários já terem gasto largas centenas de contos com projectos que a Câmara foi pedindo, estavam agora em Junho de 2003 e receberam um documento a comunicar-lhes que teriam que pagar cerca de 3.000 contos por terrenos ocupados indevidamente. Ou seja, eram agora obrigados a pagar pelas asneiras que o construtor e a Câmara fizeram na altura. -----

----- Portanto, pedia que a questão voltasse a ser analisada pela Câmara para que as pessoas, tendo em conta o trabalho e o dinheiro que já gastaram, não fossem ainda mais penalizadas que aquilo que já estavam. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a única coisa que podia garantir, em termos de Assembleia Municipal, era que a intervenção feita seria transcrita e enviada à Câmara Municipal. -----

----- **O Sr. Artur Palácios**, morador na Quinta do Loureiro, Av. de Ceuta Norte, lote 7 – 1º B 1350 Lisboa, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “No jornal ‘24 horas’, de dia 12 de Março, vem uma notícia denunciando uma situação de espaços e equipamentos públicos fechados há quase dois anos. -----

----- Lá consta, de acordo com o que temos denunciado vezes sem conta e devidamente apelado e criticado o anterior Executivo camarário – o Centro de Saúde da Avenida de Ceuta Norte (que eles chamam do Casal Ventoso) sem médico nem enfermeiros, fechado enquanto as pessoas têm que se deslocar com o sacrifício que isso significa para uma população muito envelhecida; lá consta a piscina anexa às escolas pré-primária e primária, que já esteve aberta e depois foi fechada e servia a população escolar, a população da zona e muita gente que se deslocava de fora da zona. -----

----- Os senhores, que foram eleitos, foram-no para fazer melhor e não para nos tirarem aquilo que conseguimos obter com as nossas reivindicações e a nossa luta. Estes senhores que tanto nos prometeram agarram-se agora a pretensos legalismos para não porem ao nosso serviço o que nos está a fazer muita falta como é o Centro de Saúde e a piscina, principalmente para os jovens fazerem desporto e aprenderem a nadar que tanta falta faz. -----

----- Ora, se há questões que não ficaram resolvidas correctamente nem devidamente acabadas, não deem para o lixo milhões de euros e depois venham dizer que não há dinheiro. Isso é uma aberração e não podem continuar a tentar justificar o que não tem justificação. Se está ilegal legalizem, pois isso só depende dos senhores que mandam. Pois se os donos das obras são a própria autoridade que licencia, como é que se podem justificar com esta pescada de rabo na boca? -----

----- Não podem retirar o que está feito, impedir que funcione e parar o que já estava a funcionar, como é o caso da piscina. Isso não tem justificação possível. O Governo e a

CML andam a falar tanto dos velhinhos e das criancinhas e estão a mandar aos montes pessoas para a Rua do Patrocínio, Posto 19, que está a abarrotar e a romper pelas costuras, onde se está horas e horas à espera de consulta depois de estarmos inscritos há semanas ou meses. -----

----- É desumano o que se está a fazer com os moradores do Vale de Alcântara, da Quinta do Cabrinha, Avenida de Ceuta Sul e Norte. -----

----- Ansiamos por uma resposta positiva, no sentido de ser posto a funcionar o que já está feito e é quase um insulto estar parado quando há tanta gente carente que os equipamentos vão ajudar. E dada resposta à necessidade de um parque infantil e de um gimnodesportivo como deve ser para os miúdos e os jovens ocuparem os tempos livres. Entretanto, estão a dismantelar o Posto de apoio medicamentoso aos toxicodependentes: aí bem caberá o ginásio de fisioterapia tão necessário para uma população que conta com muitos idosos. Também pretendemos saber para quando o acabamento definitivo da passagem aérea da Avenida de Ceuta Norte e quando acaba a peste da ETAR que continua a envenenar diariamente quem mora na zona. -----

----- São questões prementes que já foram adiadas, se não descuradas por demasiado tempo.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a intervenção seria enviada à Câmara Municipal.

----- Seguidamente, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números 26, 27, 28 e 29, que previamente foram distribuídas, e como ninguém manifestou desejo de intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- **O Senhor Presidente** deu as seguintes informações à Assembleia: -----

----- Que ele próprio, juntamente com a Segunda Secretária da Mesa, receberam a Direcção da APOIAR – Associação dos ex-Combatentes Vítimas do *Stress* de Guerra, que tinham alguns problemas com a futura sede em termos de mobiliário e outros apoios, que deixaram documentação que a Mesa iria entregar à Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura. -----

----- Que igualmente receberam a Direcção da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, com a presença do Presidente da Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil, que já entregaram alguma documentação para tratar das questões que vieram colocar. -----

----- Que receberam da Câmara Municipal resposta a uma recomendação aprovada pela Assembleia sobre painéis de informação, apresentada pelo PEV. -----

----- Que foi realizada no dia 4 de Junho uma reunião com a Mesa, os Líderes e os Presidentes das Comissões, Permanentes e Eventuais, para prepararem o trabalho para o mandato, e provavelmente no dia 1 de Julho, na Conferência de Líderes e com a presença dos Presidentes de duas Comissões, iriam preparar já duas iniciativas a

realizar até ao final do corrente ano. -----

----- Que no final do período de Antes da Ordem do Dia a reunião seria suspensa por cerca de meia hora para se proceder à inauguração das instalações do 3º andar, onde, a partir de hoje, cada Grupo Municipal passaria a ter instalações próprias para que com todas as condições pudessem trabalhar e receber quem desejassem. -----

----- E, por fim, chamou a atenção para a realização do Colóquio sobre a Mobilidade em Lisboa, a realizar no próximo dia 24 de Junho, pedindo a participação de todos os presentes. -----

----- Seguidamente informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as Moções que a seguir se transcrevem: -----

MOÇÃO NÚMERO UM

Recomendação

----- “Considerando que: -----

----- Em Abril de 1997 por sorteio público lançado pela EPUL se candidataram à aquisição de fogos destinados a jovens, ao abrigo do Programa Especial de Habitação para Jovens (EPUL JOVEM – 2ª Fase), os actuais proprietários dos fogos, um total de 252 titulares situados (antiga lote 11) na Rua Prista Monteiro, nºs 13 a 29. -----

----- Aquando do processo de concurso, se fixou sob a epígrafe de “contratação” que a operação do preço se operaria até à escritura de compra-venda, com a entrega do apartamento, tudo até 30 de Novembro de 1998. -----

----- Se verificaram entretanto vários atrasos ao longo de todo o processo de atribuição e transferência dos fogos e como consequência a entrega passou para 28 de Fevereiro de 1999 (no contrato de promessa) e finalmente foi concretizada a transferência de propriedade dos fogos e a contratação das escrituras de compra e venda só no 1º trimestre de 2001, ou seja quase 2 anos e meio após a previsão inicial da EPUL. -----

----- O prolongado arrastamento levou a um aumento de custos e encargos sofridos pelos jovens (EPUL JOVEM – fase 2) quer no que concerne à ocupação dos fogos quer às alterações de maior gravosidade ocorridas no regime de crédito à habitação. ---

----- Se as escrituras de compra e venda dos fogos se tivessem realizado nas datas acordadas, já os prazos realizado nas datas acordadas, já os prazos de reserva de venda e arrendamento estariam hoje em vias de serem alcançados; -----

----- A EPUL reconheceu que as datas sucessivamente indicadas foram ultrapassadas para além do que seria razoável para a entrega dos fogos e formalização dos contratos e aceitando a EPUL que o prazo de venda e arrendamento contratualmente fixado em 5 anos fosse reduzido para 3 anos (Programa EPUL JOVEM – fase 3). -----

----- No programa EPUL JOVEM (fase 2) acabou por ficar consagrado nos contratos celebrados só em 2001 (quando deviam ser em 1998/9) que aquela cláusula de reserva e arrendamento era, estranha e injustificadamente de 5 e não de 3 anos, como a justiça e equidade a tal deviam necessariamente conduzir. -----

----- A Comissão de Reabilitação Urbana e Habitação recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 – Reponha a justiça e igualdade aos titulares dos 252 fogos situados na Rua Prista Monteiro nºs 13 a 29 (antigo lote 11) EPUL Jovem (fase 2); -----

----- 2 – Que a Presidência da EPUL reveja esta injustiça e proceda à reparação da situação e portanto se concretize a redução do prazo de reserva de venda e arrendamento dos fogos de 5 para 3 anos, a contar da data das respectivas escrituras, tal como o fez para os lotes 12 e 13 (268 fogos) situados na mesma Rua Prista Monteiro.” -----

----- (Apresentada pela Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana). ---

----- **MOÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “1. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa tem aprovado sucessivas moções e recomendações dirigidas à Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 2. Considerando que, de acordo com a lei, tais moções e recomendações não são vinculativas do executivo Camarário, mas apenas recomendatórias; -----

----- 3. Considerando que por tal facto a Câmara Municipal de Lisboa está vinculada a responder à Assembleia Municipal da sua aceitação, rejeição ou alteração que entenda conveniente; -----

----- 4. Considerando que destas resoluções desta Assembleia Municipal, a Câmara Municipal não respondeu formalmente, nem da sua aprovação nem da sua rejeição, contrariando em absoluto as repetidas palavras de intenção do Sr. Presidente da Câmara municipal de Lisboa do respeito da Câmara Municipal por este parlamento da cidade; -----

----- 5. Considerando que esta situação já foi levantada por mais de uma vez na reunião de líderes da Assembleia Municipal, tendo mesmo sido elaborado um, dossier, com todos os documentos desta Assembleia com respectivas datas de envio dos officios para a Câmara Municipal e nem mesmo assim aquele órgão autárquico responde às decisões desta Assembleia; -----

----- 6. Considerando que algumas destas moções, recomendações, sugestões e requerimentos aguardam uma decisão da Câmara Municipal há mais de um ano, como é o caso da recomendação de geminação da cidade de Lisboa com Ramallah; -----

----- 7. Considerando por último, que a Câmara Municipal tem, de acordo com a lei, plenos poderes para rejeitar, aprovar ou alterar as recomendações, moções e sugestões que lhe são formalmente dirigidas por este órgão, não tem no entanto, o direito e muito menos o poder, de ignorar as deliberações deste órgão autárquico: -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 17 de Junho de 2003, decide: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que responda de imediato a todos os officios que lhe estão dirigidos por esta Assembleia Municipal, e que ainda não obtiveram resposta, alguns com mais de um ano; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que respeite, nos actos e em toda a sua plenitude legal, os poderes desta Assembleia Municipal; -----

----- 3. Incluir numa próxima reunião de líderes na ordem de trabalhos sobre as relações institucionais entre a Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal caso a Câmara Municipal, até à próxima reunião de líderes não responda a todas as solicitações que lhe estão dirigidas por esta Assembleia Municipal, analisando aí como trazer esta questão a uma reunião plenária desta Assembleia Municipal.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do BE).--

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS**-----

----- “O 1º Fórum Social Português constituiu um importante evento político e social que Lisboa teve a honra de acolher, entre os passados dias 7 e 10 de Junho, na Cidade Universitária. -----

----- Este Fórum contou com a presença de mais duas centenas de ONG’s e associações, e de cerca de três mil inscrições individuais. Para além dos vários convidados portugueses e estrangeiros, intelectuais, investigadores, autarcas e dirigentes políticos que intervieram nos debates, participaram em dezenas de conferências e centenas de oficinas e mesas de controvérsia, representantes de organizações de carácter sindical, político, partidário, de associações de desenvolvimento local, de defesa ambiental, dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos, das que combatem a homofobia e o racismo, apoiam os migrantes, organizam utentes e consumidores, lutam pela paz e pela solidariedade internacional, entre tantas outras. -----

----- Por “Um outro Mundo é possível”, em alternativa à globalização neoliberal, o 1º Fórum Social Português celebrou, em Lisboa, a pluralidade, a diversidade e a autonomia dos movimentos sociais que por todo o país contribuem, de forma genuína, à medida das forças de cada um e com as suas próprias agendas, para a construção de um sociedade mais próxima dos cidadãos e das cidadãs, mais justa e democrática. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 17 de Junho de 2003, no Fórum Lisboa, decide: -----

Congratular-se com a realização, em Lisboa, do 1º Fórum Social Português; -----

----- Saudar todos os que participaram na primeira edição do Fórum Social Português e felicitar esta demonstração de vitalidade participativa, interventiva e solidária da sociedade civil; -----

----- Apoiar a atitude de cidadania, transmitida na ideia do Fórum Social, que procura respostas concretas aos desafios da construção de um mundo global mais justo e solidário, em que a economia esteja ao serviço do ser humano.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do BE).--

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO**-----

----- “A cidade de Lisboa os que nela vivem e trabalham os utentes e os trabalhadores Carris, estão hoje confrontados com a maior ofensiva desencadeada desde o 25 de Abril, contra esta importante empresa pública, visando a sua destruição enquanto empresa prestadora de um serviço público indispensável à mobilidade e à economia e com reflexos no ambiente e a qualidade de vida de Lisboa. -----

----- A cidade de Lisboa, a Carris, os seus trabalhadores e os utentes têm sido há longos anos a esta parte profundamente prejudicados pela política que tem norteadado a acção desta empresa com continuados cortes, alterações e reduções na oferta do serviço público de transportes, consubstanciados no aumento do período de espera dos utentes; em alterações de percursos e encurtamento de carreiras e que resultou na situação de isolamento que algumas zonas da cidade e da periferia estão sujeitas a partir de determinadas horas ou aos fins de semana. -----

----- A Carris, os seus trabalhadores, os utentes e a cidade de Lisboa têm sido profundamente prejudicados com a política que vem sendo seguida à longos anos com o não cumprimento das obrigações de dotar a empresa de meios financeiros e técnicos ao seu funcionamento e dotação de indemnizações compensatórias devidas pelo serviço público prestado. Só na década de noventa a Carris foi esbulhada, em mais de 85 milhões de contos devidos em indemnizações compensatórias pelo serviço público que prestou. -----

----- A política que vem sendo seguida e diligentemente aplicada por sucessivos Conselhos de Administração é responsável pelo não fornecimento do serviço público que as populações e utentes necessitam e têm direito, e pelos problemas financeiros com que a empresa se debate e por este meio tentam criar na opinião pública as condições para a aceitação da privatização. -----

----- Considerando que o Governo do PSD/CDS-PP e o actual Conselho de Administração da Carris usando a capa de estudos encomendados a empresas, pretendem legitimar a privatização da Carris, a destruição de mais 500 postos de trabalho até ao final do ano, para além dos 300 que já foram destruídos este ano; -----

----- Considerando o anúncio já feito de vir a encerrar a Estação de Cabo Ruivo e em Santo Amaro ficarem apenas os eléctricos, sendo transferidos para Miraflores os restantes serviços; -----

----- Considerando que o CA tem também como objectivo abater viaturas cortar mais serviços nas carreiras e mesmo eliminar outras o que, obviamente, prejudicará os trabalhadores, mas também os utentes e em geral a população de Lisboa; -----

----- Considerando igualmente a intenção de levar a cabo o fecho da grande manutenção da Carris, ficando só a chamada manutenção de 1 a e 2ª linha; -----

----- Considerando, assim, que tudo o que o actual Governo e CA pretendem é de facto negar aos utentes e à população de Lisboa o direito à mobilidade: à prestação de um serviço público de qualidade, despedir trabalhadores, baixar salários, retirar direitos adquiridos, negar direitos às futuras gerações de trabalhadores, poderem vir a "libertar" terrenos para eventuais negociatas; pretendem igualmente, levar a cabo novos ataques aos direitos dos utentes, nomeadamente os passes sociais intermodais; --

----- Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17/06/03, delibera:

----- 1. Exigir do governo do PSD/CDS-PP a paragem desta ofensiva e a reposição do serviço público de transporte na cidade que lhe tem sido retirado nos últimos anos com as constantes alterações na oferta verificadas, quer no número, de, veículos que circulam nas diferentes carreiras, aumentando o período de espera dos utentes; alterações de percursos e encurtamento de carreiras e que deixam algumas zonas da cidade e da periferia sujeitas ao isolamento partir de determinadas horas ou aos fins de semana. -----

----- 2. Reclamar a elaboração de um Plano de Acção que reponha a oferta de Serviço Público de Transportes que Lisboa tem direito com objectivos de curto, médio e longo prazo que adapte a oferta da rede da Carris às alterações entretanto verificadas na procura, e no sistema de transportes públicos da cidade e periferia. Exigem que para a

elaboração desse plano sejam ouvidas as autarquias locais, os utentes e os trabalhadores da empresa através dos seus representantes. -----

----- 3. Reclamar do governo que dote a empresa dos meios técnicos e financeiros necessários à prestação de um serviço público de qualidade que a população tem necessidade e direito. -----

----- 4. Manifestar a sua inteira solidariedade com os trabalhadores da Carris que estão a ser alvo de uma violentíssima ofensiva do governo contra os seus direitos e interesses. -----

----- 5. Que esta moção seja enviada às seguintes entidades; Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comissões Específicas das Obras Públicas Transportes e Comunicações e do Trabalho e Assuntos Sociais da AR, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Presidente da Republica. -----

----- 6. Que seja enviada para conhecimento divulgação aos Órgãos Representativos dos trabalhadores da Carris e às Juntas e Assembleias de Freguesia da cidade de Lisboa. -----

----- 7. Que esta Moção seja publicada, em dois Jornais diários de grande circulação e divulgada junto dos restantes Órgãos de Comunicação Social.” -----

----- (Subscrita, em nome do Grupo Municipal do PCP, pelo Deputado Municipal Eduardo Vieira). -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- *“Pela participação de Lisboa nas diversas iniciativas de sensibilização e preparação para uma mobilidade alternativa e saudável.* -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa tem aprovado já diversas recomendações relativas a mobilidade considerando que esta «assume hoje uma expressão determinante na qualidade de vida e organização das sociedades» e tendo presente «não só a perspectiva da competitividade económica dos territórios mas também do ponto de vista dos Estados democráticos, enquanto factor de igualdade de oportunidades dos cidadãos bem como no acesso à prestação dos serviços de natureza social e colectivos mínimos (saúde, educação, etc)». -----

----- Tendo presente não só estas causas, mas também as consequências - os impactos ambientais, a saúde pública, os consumos energéticos, o significado económico do sector, as repercussões sociais e o funcionamento e qualidade do espaço urbano - a Assembleia Municipal tem-se pronunciado pela necessária complementaridade de medidas no sentido da progressiva adopção de alternativas ao transporte individual em favor de uma mobilidade saudável. -----

----- Internacionalmente é hoje um dado adquirido que os ganhos tecnológicos e as políticas de circulação e estacionamento são insuficientes para inverter estes impactos. Conscientes de que as medidas necessárias nem sempre recolhem uma adesão imediata da maioria, pela alteração de rotinas e pela confrontação de conceitos sobre qualidade de vida, conforto e outros, que muitas vezes as mesmas implicam, tem sido crescente o número de iniciativas (um pouco por todo o mundo e aos diversos níveis: internacional, nacional, regional e local) de sensibilização, informação e experimentação e avaliação de soluções novas. -----

----- À iniciativa de maior projecção - conhecida pela designação de “o dia sem carros” - sucederam-se diversas outras do mesmo cariz, como sejam a “semana da mobilidade”, “walk to school” (só nesta última, em 2002, participaram municípios de 28 países dos 5 Continentes), entre outras. -----

----- Em comum estas iniciativas caracterizam-se por assentar os seus objectivos em diversos eixos em simultâneo: em 1º lugar é uma jornada de informação, sensibilização e promoção de uma mobilidade alternativa (em suma é uma iniciativa de marketing); em 2º lugar constitui-se enquanto laboratório urbano para experimentação e avaliação do impacto real de medidas de e sobre mobilidade; em 3º lugar é um momento de avaliação da situação e do impacto ambiental e urbano nas cidades resultante da mobilidade e dos transportes. Cada uma poderá por si acrescentar outros objectivos (ex: ficar associada a uma infra-estrutura ou medida com carácter definitivo). -----

----- A lógica do verdadeiro impacto assenta na ideia de ganhar um efeito de escala internacional pelo somatório de muitas iniciativas de carácter local. Na verdade são iniciativas municipais ou regionais que ocorrerem simultaneamente em cada país e num número crescente de países. Tornou-se claro que a acção um município isoladamente resultava não só numa projecção e divulgação forçosamente muito inferiores como seriam necessariamente muito mais cara em custos publicitários. -----

----- Em nenhum momento, qualquer município ou quem quer que seja, pensou que um dia ou uma semana resolveriam os problemas dos transportes e da mobilidade. Em nenhum lado ficou estabelecido que a adesão a estas iniciativas limitaria as acções ao dia e ficaria impedido de prosseguir e adoptar essas ou outras iniciativas noutros dias. Na prática, trata-se de um valor mínimo e não máximo. O que se pretende é que pelo menos 1 dia por ano as notícias abram e girem em torno das questões da mobilidade. --

----- Por outro lado a liberdade de acção de cada município no quadro de cada iniciativa garante uma diversidade que enriquece o banco de experiências (resultados são posteriormente partilhados) e permite desde logo um mais aprofundado conhecimento dos impactos e da avaliação urbana e ambiental de cada uma. -----

----- Considerando que não é expectável que cada um individualmente possa encontrar as melhores soluções para os problemas dos transportes e da mobilidade; -----

----- Tendo presente a crescente globalização das consequências e impactos bem como a progressiva penalização (exemplo: protocolo de Quioto), isolamento e “censura internacional” dos países que não contribuam para redução dos impactos ambientais e energéticos; -----

----- Face a uma cultura, desde sempre assumida por Lisboa, de cidade solidária e voltada para o mundo e rejeitando uma a posição comodista e oportunista de deixar aos outros a acção (e os riscos políticos) e perfilando-se para beneficiar das experiências e resultados dos outros; -----

----- Reconhecendo que a não adesão enfraquece as iniciativas de municípios e reduz o efeito de escala para o qual todos estão “obrigados” dar o seu contributo e a ser solidários; -----

----- Mas sobretudo, com a convicção de a participação activa e empenhada é um factor de sucesso destas iniciativas (que a todos beneficia) e de que Lisboa faz parte das soluções e tem responsabilidades e deveres históricos nacionais e internacionais. --
----- Afirmando Lisboa enquanto cidade moderna e interventiva, não demissionária, e que conta quer em Portugal quer internacionalmente, reafirmando o seu empenho na melhoria da qualidade de vida e no progresso; -----
----- Consciente dos impactos humanos, socio-económicos e energéticos, ambientais e urbanos das políticas de mobilidade e transportes; -----
----- Assumindo que a política de transportes e mobilidade não se resume a medidas de circulação e estacionamento, mas à necessidade da convergência de medidas e iniciativas diversas de sensibilização e informação, de ordenamento e gestão do território, entre outras; -----
----- Na defesa de uma opção por uma alternativa ao automóvel individual e de valorização da mobilidade saudável e de escala humana (pedonal, bicicleta ou outras);
----- Tendo presente que não há soluções milagrosas e que não estão encontradas técnica e politicamente todas as respostas possíveis e absolutamente eficazes para as causas e consequências que enformam as actuais opções de mobilidade e transportes, e que por isso importará não desperdiçar nem negligenciar qualquer que seja a incitava nesta área que possa contribuir para a sensibilização e soluções; -----
----- Assim, os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” na Assembleia Municipal de Lisboa propõem a aprovação da seguinte recomendação: ---
----- Que a Câmara Municipal participe e contribua activa e empenhadamente no conjunto de iniciativas internacionais de adesão municipal para a sensibilização, divulgação, experimentação e avaliação sobre mobilidade e transportes - como sejam “a semana da mobilidade”, “na cidade sem o meu carro”, “walk to school” e outras - com vista à melhoria da qualidade de vida e à redução dos impactos negativos dos transportes.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV). -----

MOCÃO NÚMERO SEIS

----- Recomendação -----

----- “Considerando que: -----
----- A Escola Secundária David Mourão Ferreira foi inaugurada há 6 anos, justificando-se na altura que era importante este equipamento pois há mais de 50 anos que não se abria uma Escola no Centro da Cidade; -----
----- Se gastaram 5 milhões de euros na adaptação do imóvel a equipamento escolar;---
----- A Escola tem um Corpo Docente competente e de excelência; -----
----- A Escola está devidamente adaptada a alunos deficientes motores e outras deficiências; -----
----- A Escola, o seu Corpo Docente e outros funcionários têm uma actuação para com os alunos deficientes, raro na nossa Comunidade Educativa; -----
----- A Escola tem cerca de 600 alunos sendo cerca de 450 do ensino nocturno; -----
----- A Escola está bem servida de todos o meios de transporte colectivo; -----

----- O Ministério da Educação e a DREL não deram qualquer justificação plausível para o encerramento da Escola; -----

----- O encerramento da Escola vem contrariar o que se defende para a renovação dos bairros históricos/antigos. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que evite o encerramento deste equipamento escolar tão importante para a Cidade e para os alunos que o frequentam”.

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Sara Brito, do PS). -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, depois de desejar as maiores felicidades à Sra. Vice-Presidente da Câmara no desempenho do seu novo cargo, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver, fundamentalmente, com as Marchas Populares para felicitar o Bairro da Bica por ter vencido o concurso de 2003 desta festa bem popular na cidade, e felicitar também os mais de mil marchantes bem como os bairros de Alfama, Castelo, Madragoa, Mouraria e São Vicente por terem recebido, respectivamente, os prémios da melhor letra, musicalidade, cenografia e figurino. -----

----- Referiu que este ano houve a novidade da participação de três novos bairros: Beato, Bela Flor e Lumiar, e como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar não podia deixar de agradecer à EGEAC e à Câmara Municipal a possibilidade que pela primeira vez foi dada ao Lumiar de integrar as Marchas Populares, através do esforço levado a cabo por uma instituição centrada no Paço do Lumiar, a Academia Musical 1º de Junho de 1893, instituição cujas tradições culturais remontam aos finais do século XIX. -----

----- Felicitou, por fim, todos os intervenientes na recuperação do Parque de Monsanto e também dos passeios laterais da Av. da Liberdade, e com essa felicitação esperava que o segundo espaço verde de Lisboa, a Quinta das Conchas e dos Lilases, estivesse agora com prioridade para que fosse devidamente recuperada tornando-se num espaço verde em que a população de Lisboa se pudesse rever, particularmente a da Freguesia do Lumiar. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PCP, assumindo as suas responsabilidades para com Lisboa e os lisboetas, trazia hoje ao debate a grave situação com que os utentes, os trabalhadores da Carris e a cidade estavam confrontados por força da ofensiva destruidora que o Governo do PSD/CDS-PP e o Conselho de Administração da Carris tinham em marcha contra essa emblemática empresa, que há mais de 130 anos assegurava um serviço público determinante para a mobilidade e a economia, consequentemente com um papel estrutural na qualidade de vida daqueles que vivem e trabalham na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que há longos anos a esta parte a Cidade de Lisboa, a Carris, os seus trabalhadores e os utentes eram profundamente prejudicados pela política que tem norteado a acção da empresa, nomeadamente pelos continuados cortes, alterações e reduções na oferta do serviço público de transportes, consubstanciadas no aumento do período de espera por parte dos utentes. Das alterações de percursos e do encurtamentos de carreiras, resultava, na prática, a situação de isolamento a que

algumas zonas da cidade e da sua periferia estavam sujeitas a partir de determinadas horas, e de forma agravada aos fins-de-semana. -----

----- E o resultado dessa acção, determinada e pensada de forma a conseguir outros intentos mais adiante, foi que no espaço de três anos mais de 40.000 pessoas foram empurradas para a opção pelo transporte individual. -----

----- Por outro lado, era também velho o uso do argumento das dificuldades financeiras da empresa e do baixo custo dos bilhetes e passes sociais, para justificar as opções que iam sendo tomadas, porque a verdade era outra e bem diferente! A verdade era que os diferentes Governos não cumpriram com as suas obrigações e responsabilidades no sentido de dotarem a empresa dos meios financeiros e técnicos necessários ao seu funcionamento, nomeadamente no plano das indemnizações compensatórias pelo serviço público prestado. -----

----- Portanto, eram esses os verdadeiros responsáveis pelos problemas financeiros com que a empresa se debatia, conforme, aliás, era reconhecido no relatório de Julho de 2002 da Comissão Interministerial de Análise às Contas Públicas. Só na década de noventa atingira-se um montante de mais de 85 milhões de contos de dívidas por indemnizações compensatórias à empresa, que tinha tido resultados positivos no decénio e assim contrariava todos os argumentos que apontavam para a destruição da empresa. -----

----- Mas, como se isso não bastasse, acrescia ainda que a Carris e as restantes empresas públicas de transportes eram espoliadas em muitos milhões de contos a favor das empresas privadas, em particular do Grupo Barraqueiro que era o principal beneficiado. -----

----- Além disso, também pelo Relatório do Tribunal de Contas de 2001, ficava claramente demonstrado que só no período de 1997 a 2000 foram mais 4 milhões de contos na divisão das receitas do passe em que as empresas públicas foram espoliadas. -----

----- Sobre o custo dos bilhetes, disse que não era verdadeiro afirmar-se que os portugueses pagavam pouco pelo transporte público, bastava ver que os portugueses tinham um salário mínimo nacional que era cerca de um terço do da Grã-Bretanha, e pagavam por um bilhete de autocarro em Lisboa exactamente o mesmo que se pagava em Londres, ou seja, um euro. -----

----- Aliás, como se tudo isso não bastasse para terem razão para manifestar preocupação e descontentamento, o actual Governo e o Conselho de Administração da Carris tinham em desenvolvimento uma ofensiva que, a não ser travada, destruirá a empresa e agravará ainda mais a situação com que estavam confrontados. Isto é, a Administração anunciava que tinha em curso uma reestruturação, mas, de facto, o que se estava a preparar era mais uma brutal redução na oferta que atingiria níveis nunca antes vistos ou imaginados. Para isso, criara um grupo, a que chamavam de trabalho, que analisava em cada estação carreira a carreira e tinha como objectivo central reduzir em todas elas o nível da oferta. Esse era mais um dos exemplos daquilo estava a lesar a cidade e que a todos obrigava a agir com determinação. -----

----- A título de exemplo, podia dizer quais as carreiras que iam ser cortadas, como era o caso da 35 e da 85, mas podia dizer mais: todos sabiam há quanto tempo sofriam

com o isolamento, à noite, nos bairros da cidade, mas o que se preparava na rede nocturna eram cortes ainda mais drásticos na oferta, e era também quanto a esse isolamento que urgia agir no sentido de interromper essa acção que degradava o serviço e prejudicava a população. -----

----- Mas, da reestruturação anunciada, não eram só esses os pormenores! Eram também aspectos relativos ao património, porque constava também dos objectivos da empresa, já divulgados pelo seu Conselho de Administração, encerrar a estação de Cabo Ruivo até ao final do ano e desactivar parte substancial da estação de Santo Amaro, ficando aí única e exclusivamente o serviço de eléctricos, por enquanto. E com o encerramento da estação de Cabo Ruivo, as consequências, em caso de quaisquer avaria nos autocarros que serviam a zona oriental, implicaria um período de espera de mais 30 minutos em relação àquilo que estava estimado nos horários da empresa. -----

----- Disse, ainda, que esses planos, como não podia deixar de ser, tinham também uma linha de intervenção central, que não era a preocupação de servir as populações mas sim um vector de ataque aos trabalhadores e aos seus direitos. E isso também importava que a Assembleia conhecesse e não pudesse ignorar que desde o início do ano a Carris já destruíra 300 postos de trabalho e preparava-se para, até ao final do ano, destruir mais 500. Todos eles, como era evidente, com a capa das rescisões amigáveis, mas que eram conseguidas à custa da repressão e da pressão exercida sobre os trabalhadores, com dinheiros públicos, indevidamente usados, da segurança social alguns deles, e com empréstimos conseguidos na banca para cobrir dificuldades financeiras. Ou seja, enganava-se e usavam-se meios públicos para fins que não eram os legítimos. -----

----- Portanto, essas medidas, a irem para a frente, prejudicavam a Cidade de Lisboa e os que nela vivem e trabalham, gerariam uma nova e brutal perda de utentes para o transporte individual e a degradação da qualidade de vida e ambiental da cidade. Por isso, ficava claro que era um negócio aquilo que se estava a tratar, negócio esse que traria como resultado um prejuízo enorme para todos os que vivem e trabalham em Lisboa. -----

----- Assim, porque amavam Lisboa e queriam que ela fosse uma cidade feliz, cumprindo com as responsabilidades e compromissos com a sua população, ali estavam, também no plano institucional, a propor à Assembleia Municipal de Lisboa que deliberasse reclamar do Governo a anulação dessa medida. -----

----- Por tudo isso, às populações e aos trabalhadores diziam que podiam sempre contar com eles, quer na Assembleia Municipal, quer também onde lugar houvesse à manifestação de indignação e descontentamento. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que era já recorrente este ano a sua vinda à tribuna por causa do possível encerramento da Escola Secundária David Mourão Ferreira, mas não ia agora falar da recomendação que apresentou solicitando à Câmara que não permitisse o encerramento desse equipamento escolar. -----

----- De facto, pedira a palavra para falar novamente sobre a Escola Secundária David Mourão Ferreira, mas para referir o conceito que, na sua opinião, tinha de educação e

do ensino nocturno a Sra. Dra. Mariana Cascais, Secretária de Estado da Educação, que numa reunião realizada no passado dia 5 de Junho, na Escola Básica 2+3 Manuel da Maia, em Lisboa, que quando queria justificar o encerramento de várias escolas, básicas e secundárias, do ensino nocturno, disse: “O ensino nocturno serve, essencialmente, para uma valorização pessoal e não para rendibilizar o investimento que o Governo faz, pois não se perspectivam quaisquer reorientações profissionais.” --

----- Como seria possível que alguém do Governo de Portugal, responsável pela educação, dissesse isso para jovens e adultos do ensino nocturno? É que se tratava de jovens e menos jovens que não tiveram com certeza oportunidade de estudar na devida altura, ou que na altura teriam pensado que já não era necessário fazer mais que o 9º ano e agora queriam fazer o 10º, o 11º e o 12º nas horas livres depois do seu trabalho, antes de regressarem a casa, não apenas para uma valorização pessoal mas sim para rentabilizarem a sua aprendizagem e a sua carreira profissional. A Sra. Dra. Mariana Cascais estava bem afastada da realidade, porque não era verdade que a Lisboa que diziam que queriam mais feliz pudesse ser uma Lisboa mais feliz se não tivesse os seus trabalhadores/estudantes mais felizes, mais educados, com maior cultura e que pudessem contribuir no seu trabalho, no seu dia-a-dia e no seu exemplo aos próprios filhos, que queriam continuar a estudar. Aquilo que de melhor tinha um país eram os seus recursos humanos, todos o diziam, poucos o praticavam, mas não era possível permitir tal. -----

----- Daí que hoje tivesse apresentado uma recomendação no sentido de solicitar à Câmara Municipal que não permitisse o encerramento de equipamentos escolares, e neste caso concreto não o permitisse porque a maioria dos 442 alunos da Escola Secundária David Mourão Ferreira trabalhavam na zona da Baixa, alguns deles viviam do outro lado do rio, e porque os últimos barcos que saíam para o Seixal e para o Montijo eram às 23:35 horas só tinham mesmo possibilidade de estudar nessa escola porque terminavam as suas aulas às 23:15 horas e demoravam sete minutos a descer a pé Rua do Alecrim. Era preciso não conhecer a realidade e ter uma visão cega e apenas economicista para se pensar que assim se resolviam os problemas, quando, de facto, eles não se resolviam assim porque um país que não cuidava da sua educação, que não cuidava dos seus recursos humanos, também não cuidava da sua cultura. -----

----- Perguntou, depois, como era possível a Cidade de Lisboa permitir o encerramento do Museu Nacional de Arte Antiga aos domingos! Que Governo, que Ministro da Cultura podia permitir tal situação, tal agressão! A Câmara Municipal de Lisboa não poderia ficar indiferente ao que se passava na cidade, porque um país que dava tratamento semelhante à cultura era um país que anulava a sua história, que anulava a sua memória colectiva. Já um investigador americano, especialista na área da museologia, referira um dia que um museu, qualquer que ele fosse, deveria responder a uma questão essencial: o que é a condição humana! -----

----- Sublinhava essa ideia para que compreendessem o potencial pedagógico de um museu como instrumento de formação individual e colectiva. Mas quando o principal museu do País, o Museu Nacional de Arte Antiga, que encerrava nas suas colecções obras unanimemente consideradas património da humanidade, se via na contingência

de fechar as portas por motivos orçamentais, espelhava, lamentavelmente, uma triste realidade: um País com 800 anos de história, um País que no final da idade média projectara a Europa para um mundo sem fronteiras, tinha responsabilidades para com aqueles que acolhia. Certamente não passava pela cabeça de ninguém visitar Paris e encontrar e encontrar o Museu do Louvre fechado, como também causaria perplexidade ir a Madrid e não poderem entrar no Museu do Prado. -----

----- Era um pouco isso que se passava, uma parte significativa dos turistas que vinham a Portugal tinham o hábito saudável de visitar os museus, mas em Portugal como não se investia na educação também se não investia na cultura, quando, na Europa, a educação escolar passava obrigatoriamente pelos museus, pela história, pelas referências, pelos símbolos da identidade que conservavam e até pelo confronto com civilizações que expressavam a visão de mundos diferentes. -----

----- Por isso, fraca nota para os que em Portugal se ocupavam dos destinos da educação. -----

----- Que condição pretendia o País alcançar? Um País sem memória? É que os museus, acima de tudo, são lugares de memória e a melhor resposta aos desafios do futuro passa também por reflectirem sobre o passado. É um País que se nega a si próprio, e por mais que lhes custasse aceitar, um País que se negava a si próprio, que não incluía entre as suas prioridades a afirmação da sua especificidade, era a imagem acabada de um País sem rumo. Se significados se extraíam das obras que nos museus se contemplavam, também conclusões se tiravam sobre países com museus esquecidos pela insensibilidade cega de lógicas políticas e económicas indecifráveis. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Os Verdes” vão votar a favor das moções hoje em discussão. Não vou falar de todas porque não tenho tempo, mas quero dizer o seguinte: -----

----- Relativamente à Moção n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda e que diz respeito às moções e recomendações aprovadas por esta Assembleia e dirigidas à Câmara, “Os Verdes” também têm bons motivos de descontentamento, pois no conjunto das recomendações propostas por nós e aprovadas por esta Assembleia algumas das quais, por unanimidade, só uma teve resposta da Câmara e apenas para dizer que não era matéria da sua responsabilidade. E hoje, pelos vistos, chegou outra resposta a uma recomendação também nossa sobre os painéis de informação. -----

----- De todas as outras nada sabemos, e vou só lembrar as que foram aprovadas no ano passado: -----

----- Medidas complementares de apoio ao teatro; estudos sobre o Aeroporto; utilização do papel reciclado; energias; e equipamentos emissores de campos electromagnéticos. Todas foram aprovadas o ano passado, mas cujo seguimento ignoramos de todo. -----

----- Consideramos, por isso, de toda a oportunidade a apresentação desta Moção. -----

----- Sobre a Moção n.º 4, relativa à Carris, e cujo assunto foi hoje aqui trazido no período de intervenção do público, dizer apenas que na nossa perspectiva só se conseguirá tirar os carros particulares da cidade, se antes de mais, houver uma forte

aposta nos transportes públicos. -----

----- Ora, o que se pretende com esta ofensiva à Carris contraria toda a filosofia subjacente às questões da mobilidade sustentável. Pelo que “Os Verdes” consideram não só que esta Moção deveria ser aprovada, como também que a Câmara se deveria pronunciar sobre a matéria, quanto mais não seja, porque a prosseguir esta pretensão, ficaria irremediavelmente comprometida uma das principais bandeiras da campanha eleitoral do actual Executivo de tirar os carros da cidade. -----

----- Sobre a Moção que “Os Verdes” hoje apresentam e que visa a participação de Lisboa nas diversas iniciativas de sensibilização para uma mobilidade alternativa e saudável, dizer apenas que estamos conscientes de que não há soluções milagrosas e que não somos portadores de respostas absolutamente eficazes para as opções de mobilidade e transportes. -----

----- Mas por isso mesmo, importa não desperdiçar qualquer que seja a iniciativa nesta área e que, de alguma forma, possa contribuir para a sensibilização e a procura de soluções no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida e à redução dos impactos negativos dos transportes.” -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, começou por dizer que se solidarizava com a Deputada Municipal Ana Sara Brito quando ao que disse sobre o Museu Nacional de Arte Antiga, porque era efectivamente lamentável que um museu dessa importância estivesse fechado nem que fosse uma só vez por mês. -----

----- Sobre a recomendação da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, que tinha a ver com um determinado período em que os utentes não podiam vender os andares, disse que ela tinha sido analisada nessa Comissão, de que fazia parte, e tinha o seu voto favorável. -----

----- Quanto à Moção do Bloco de Esquerda a pedir que a Câmara desse resposta às recomendações que a Assembleia lhe fazia, disse que a iria votar favoravelmente porque entendia que a Câmara tinha obrigação de dar indicação se aceitava ou não, e, se não aceitava, porquê. -----

----- Mas relativamente à Moção sobre o Fórum Social Português, também apresentada pelo Bloco de Esquerda, votaria contra porque tinha grandes dúvidas sobre a autonomia dos movimentos, sobre a sua genuidade e a sua justeza democrática. Aliás, a demonstração da vitalidade participativa, interventiva e solidária da sociedade civil, viu-se no desfile final em que, por tricas e intervenções partidárias, acabara em dois desfiles e não num só. -----

----- Acerca da Moção sobre a Carris, disse que, paradoxalmente, estava totalmente contra as considerações feitas. Não considerava que o Governo estivesse a fazer uma guerra para acabar com mais 500 postos de trabalho, além dos 300. O que estava a tentar fazer era uma remodelação dos serviços, que poderia ser bem feita ou mal feita, isso era outro caso. E a si não o preocupava directamente a questão dos trabalhadores da Carris, desde que houvesse flexibilidade do mercado de trabalho para absorver noutras actividades que fossem necessárias ao País. Isto partindo do princípio que a reestruturação estava a ser bem feita. -----

----- A terminar, solicitou ao Sr. Presidente que a parte deliberativa da Moção sobre a Carris fosse votada ponto por ponto, porque entendia que efectivamente era preciso um plano de acção que repusesse a oferta dos serviços públicos, e que o Governo também dotasse a empresa dos meios técnicos e financeiros. Esse ponto votá-lo-á a favor, mas quanto aos restantes iria votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar queria lembrar as várias intervenções feitas no período de intervenção do público, nomeadamente por moradores dos bairros da Flamengo e do Armador, e um morador da Av. de Ceuta/Norte, antigo Casal Ventoso, que questionou a razão porque um centro de saúde que estava pronto há alguns anos não era aberto e também porque tiraram as faixas sobre o cheiro naquela zona habitacional. -----

----- Disse, depois, que no final da reunião iria apresentar um requerimento à Mesa com o pedido que lhe foi feito pela Associação dos Antigos Alunos da Faculdade das Belas Artes, da Universidade de Lisboa – que chegaram atrasados e não se puderam inscrever para falar no período de intervenção do público – sobre a falta de *ateliers* em Lisboa para jovens criadores e jovens artistas, que, como diziam na intervenção que tinham preparada, queriam que fosse uma cidade de cultura e uma cidade com artistas.

----- Seguidamente, em nome do seu partido, apresentou as suas homenagens ao PSD em solidariedade pelo falecimento do anterior Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, em relação ao qual esperava que ainda viesse a ser apresentada uma Moção como era normal em relação a qualquer dos membros da Assembleia. -----

----- Depois, aludindo às moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, disse que a referente ao Fórum Social Europeu estava neste momento subscrita pelo PCP, PS e PEV, e quanto à outra disse que não era com agrado nem com prazer – ainda por cima numa reunião em que iam ouvir o Sr. Presidente da Câmara abrir a sua informação escrita dizendo que a coisa que mais gostava era de vir à Assembleia e respeitar a Assembleia – que apresentavam uma Moção reclamando da Câmara que respondesse à Assembleia sobre as moções que a própria Assembleia votou, aprovou e dirigiu à Câmara Municipal. A Câmara tinha todo o direito de aceitar, de rejeitar, de dizer que não queria, de alterar, mas não tinha o direito de ignorar. -----

----- Isto, sobretudo, depois em múltiplas Conferências de Líderes da Assembleia Municipal, solicitarem ao representante da Câmara que explicasse as respostas a essas perguntas, requerimentos, moções, saudações e recomendações que eram feitas à Câmara Municipal. Na Moção que agora apresentaram lembravam apenas uma, até porque a situação era particular já que voltaram a assistir barbaridades do Estado israelita contra o Estado palestino. Lembrava que a Assembleia tinha aprovado, por maioria, um acto de solidariedade com o povo palestino através da geminação da Cidade de Lisboa com a Cidade de Ramallah. Entendiam que a Câmara Municipal de Lisboa, como todos entenderiam também, dissesse que não estava de acordo e não o faria porque tinha todo o poder legal para isso, mas o que a Câmara não podia era como fazer como a avestruz, ou seja, fazer de conta que a Assembleia Municipal não aprovara uma Moção a propor-lhe a geminação de Lisboa com Ramallah. -----

----- Por isso, depois de insistirem uma vez, duas vezes, depois de esperarem um mês,

dois meses, quatro meses, um ano, depois de ouvirem também, como ouviram há pouco no período de intervenção do público, o representante dos comerciantes dum centro comercial da Av. da Liberdade que há anos pediam respostas e não vinham respostas. Tiveram agora que trazer uma Moção à Assembleia para finalmente dizerem à Câmara que eram precisas respostas. -----

----- Disse, ainda, que alguns Deputados Municipais falaram com o Bloco de Esquerda quanto ao último ponto resolutivo se deveriam pôr isso na Ordem de Trabalhos ou não, e quanto a essa questão pretendia dizer que não era objectivo do Bloco trazer isso para debate no Plenário. Pensam ser assunto a ser tratado na Conferência de Líderes e, portanto, estavam dispostos a procurar encontrar outra forma de colocar esse problema, mas achavam que não podiam mais ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer, cada vez que discursava na Assembleia, que tinha o maior prazer de ali falar, que tinha o maior prazer de vir à Assembleia, e depois, em relação ao concreto, que estava escrito e eram documentos oficiais da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal não respondia. Não podia fazer isso! Respeitar a Assembleia seria dizer se estava ou não estava de acordo, e exigir isso era um direito da Assembleia. -----

----- Portanto, chamava a atenção da Câmara para a resolução dessa situação, porque uma coisa eram as palavras que se diziam nos discursos e outra era a prática concreta e objectiva que se passava na relação entre a Câmara e a Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que recentemente solicitou aos Serviços de Apoio que fizessem o levantamento de todas as comunicações com a Câmara Municipal, esse levantamento foi já entregue aos líderes e aos membros da Mesa, e, de facto, uma altíssima percentagem da comunicação com a Câmara Municipal não obtivera resposta até hoje. Portanto, solicitava que a Câmara tomasse devida nota dessa questão para passar a haver resposta, tanto aos problemas que eram apresentados pelos munícipes nas intervenções que faziam no período de intervenção do público, como requerimentos e todas as matérias que as Comissões tratavam. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria fazer uma breve referência ao dia 20 de Maio, data do primeiro aniversário da independência da República Democrática de Timor-Leste, porque seria bom que não se esquecesse esse episódio, importante sem dúvida na história recente da República democrática de Timor-Leste, mas também importante para os portugueses e para os cidadãos e autarcas da Cidade de Lisboa. -----

----- Uma saudação, portanto, ao Povo de Timor-Leste que passara o seu primeiro aniversário de modo independente como tanto ansiaram e porque tantos morreram, mas que, finalmente, conseguiram esse objectivo. -----

----- Por outro lado, também de parabéns estavam os cidadãos e os autarcas da Cidade de Lisboa pelo apoio que deram ao processo de independência de Timor-Leste, nomeadamente o Município de Lisboa que já desde há longos anos a esta parte vinha apoiando Timor-Leste. Primeiro na preparação para a independência e agora já como país soberano e independente, nomeadamente através do apoio concreto, protocolado no início do corrente ano, com o Governo de Timor-Leste, sobretudo em dois aspectos, um dos quais já estava em funcionamento e dizia respeito ao apoio à

publicação das edições que continham a legislação produzida em Timor-Leste, o equivalente ao Diário da República em Portugal, publicado na gráfica instalada pela Câmara Municipal de Lisboa no antigo Liceu de Dili que já estava a ser utilizada pelo Governo de Timor-Leste, e outro, a reconstrução do antigo Palácio do Governador que iria servir como residência oficial do Presidente da República Democrática de Timor-Leste. -----

----- Portanto, Lisboa continuava associada a Dili, continuava associada a Timor-Leste e ao seu povo, pelo que eram de toda a justiça as felicitações da Assembleia Municipal de Lisboa pelo primeiro aniversário da República Democrática de Timor-Leste. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, depois de referir que o PCP iria votar favoravelmente todas as moções apresentadas, incluindo a Moção n.º 2 no seu ponto 3, disse que a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP promovera uma campanha que designara: “Trabalho é um direito fundamental, desemprego não é solução”. Essa campanha teve como objectivo denunciar os despedimentos encapotados que algumas empresas estavam a fazer, e, simultaneamente, alertar a população de Lisboa para uma vaga de redução de mais de 8.000 postos de trabalho que iam ser concretizados. -----

----- Esses despedimentos estavam na forja, nomeadamente na PT, nos CTT, na EDP e na Carris. Ora, essas empresas, com 8.000 despedimentos que se aproximavam segundo as suas intenções, naturalmente teriam consequências gravíssimas na Região de Lisboa. -----

----- O desemprego massivo e crónico era um dos mais graves problemas sócio/económicos do País. Com efeito, toda a gente se preocupava, legitimamente, com a droga, com a toxicodependência, com a prostituição, com os excluídos da sociedade, com os sem-abrigo, etc., no entanto esses problemas eram os efeitos sobre os quais o poder derramava lágrimas de crocodilo, sem tomar medidas para eliminar as causas, e as causas eram o desemprego. -----

----- Portanto, era tempo de acabarem com o sistema injusto de criar os pobres e depois dedicar-se a organizar festas em sua beneficência. A economia portuguesa estava em crise, vários os indicadores o atestavam, e um deles era o desemprego elevado e prolongado, um problema social grave que estava no centro das atenções de todos. -----

----- Referiu que as estatísticas, quando honestas, eram um bom auxílio para aferirem a extensão social, mas a sua habitual expressão nunca reflectia, com profundidade, o que pretendiam demonstrar. Segundo um inquérito ao emprego, do INE, em Dezembro de 2002, havia mais de 442.000 desempregados, num total de 5,3 milhões de pessoas que constituíam a população activa, o que dava uma taxa de desemprego de 8,3%, sendo de sublinhar que neste cômputo não apareciam os falsos trabalhadores por conta própria, a recibo verde, que por isso nunca podiam ser desempregados mas somente desocupados. Porém, a taxa de desemprego anunciada nas estatísticas era apenas de 6,2% pois só considerava o tal emprego restrito. -----

----- Disse, depois, que durante o ano de 2003 a situação tem vindo a agravar-se.

Durante o ano de 2002 registara-se, em média, um aumento de 10.000 desempregados por mês, e só nos primeiros dois meses de 2003 houve mais 25.000 desempregados. Como resultado, a taxa de desemprego, no tal sentido restrito, já era de 6,7% em Fevereiro, prevendo-se que ultrapasse os 7% no final do corrente ano. -----

----- O desemprego abrangia todos os sectores, formações académicas e profissionais, existindo, actualmente, cerca de 30.000 desempregados com curso superior. Mas continuava a atingir mais profundamente as mulheres e as gerações mais jovens onde as taxas eram superiores, e a esta situação não era alheia a política económica seguida pelo Governo, activa na redução da procura interna e nas privatizações, e passiva perante a acção desempregadora das empresas, particularmente nas multinacionais. ----

----- O Governo sabia que o desemprego ia aumentar, mas, simultaneamente, dizia estar preocupado. Eram também lágrimas de crocodilo! -----

----- Era importante que não esquecessem que para o capital, para as políticas neo-liberais, o desemprego não era um problema mas sim uma solução que permitia sustentar o sistema através da criação do exército de reserva para domesticar os trabalhadores perante as exigências patronais. A isso estava ligado o pacote laboral, a desregulamentação da legislação do trabalho, a intensificação dos ritmos e da sua moderação salarial. Dentro dessa lógica o desemprego funcionava como uma arma que ameaçava, gerava o medo, o tal medo que estimulava a passividade e a resignação social. -----

----- Estas, disse, eram algumas das condições que têm sustentado o sistema. E, assim, os homens serviam um sistema que, obviamente, não servia os homens no seu processo histórico de desenvolvimento, no usufruto da produtividade e na criatividade humanas. Felizmente tal sistema não era uma fatalidade! Era sempre possível os homens romperem um sistema criado por outros homens, que os sujeitava à exploração e os desumanizava. -----

----- O combate ao desemprego exigia outra política, um política que pusesse fim à destruição do sector público, que combatesse o investimento especulativo e desse prioridade ao investimento gerador de emprego, que combatesse a precariedade, uma política que fizesse da satisfação das necessidades básicas das populações condições para o seu desenvolvimento. -----

----- Este era o combate do PCP no dia-a-dia, e era um combate que prosseguiriam. ---

----- Continuando, disse que queria deixar uma referência acerca da tentativa do Sr. Presidente da Câmara de impedir a “Corrida da Tolerância, Correr Contra o Racismo”. A “Corrida da Tolerância, Correr Contra o Racismo”, era organizada pela Organização Juvenil da União dos Sindicatos de Lisboa, e tinham uma longa história de participação da população de Lisboa, envolvia milhares de pessoas, entre elas mulheres, crianças, jovens trabalhadores, pensionistas e deficientes, numa prova que não tinha qualquer carácter competitivo. A sua filosofia assentava, sobretudo, na confraternização, na solidariedade de todos quantos combatiam o racismo e a xenofobia, e exigiam uma sociedade mas justa, mais tolerante e mais integradora. Inúmeras personalidades deram e continuavam a dar o seu apoio a esta corrida, incluindo o alto patrocínio do Sr. Presidente da República, como também tinha tido o

apoio de inúmeras entidades incluindo aquela que agora pretendia, ou pretendeu, impedir tal corrida, a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Referiu que o argumento utilizado pelo Sr. Presidente da Câmara, que era o de impedir graves problemas de trânsito, não fazia qualquer sentido do seu ponto de vista, e dizia isto porque nas últimas oito edições tal não aconteceu. Aliás, mais uma vez a PSP se manifestara disponível para ajudar essa iniciativa. -----

----- Terminou dizendo que a falta de respeito e a falta de consideração por parte do Sr. Presidente da Câmara, não teve nenhum problema em querer desautorizar essa prova desportiva, pelo que reafirmava que se continuariam a opor a todas as discriminações e também às limitações à liberdade na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, disse que o orador anterior falara em impedir a realização da prova, mas tinha a ideia que havia sido disponibilizada pela Câmara uma localização alternativa para a sua realização. Ou seja, a Câmara disponibilizara uma localização alternativa e não o impedimento da prova. Essa era a dúvida que gostava de ver esclarecida. -----

----- **O Deputado Municipal Redolfo Caseiro (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que a prova, de facto, foi em termos práticos impedida. A alternativa era inviável, era uma alternativa que não tinha quaisquer consistência já que era em Monsanto, portanto escondida da Cidade de Lisboa, quando o objectivo da corrida era precisamente envolver a população da cidade. -----

----- Esse sempre foi o objectivo da corrida, e ao impedir-se a sua realização no sítio habitual, a alternativa colocada não era aceitável do seu ponto de vista. E ela realizou-se no sítio onde efectivamente era para se realizar, mercê dos próprios inscritos insistirem que a corrida era na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua bancada já interveio sobre a Moção relacionada com a Escola David Mourão Ferreira, que aliás apresentaram, portanto era óbvio que a iam votar favoravelmente. -----

----- Mas deseja expressar também o sentido de voto da bancada em relação a cada uma das outras moções. -----

----- Assim, votariam favoravelmente a Moção n.º 1, que era uma recomendação da Comissão Permanente de Habitação porque lhes parecia justa a pretensão que ela apresentava; -----

----- A Moção n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda, que se relacionava com a forma como a Assembleia Municipal não tem obtido resposta por parte da Câmara Municipal, tendo presente que os subscritores iam propor uma alteração ao n.º 3 da parte deliberativa o Grupo Municipal do PS iria votá-la favoravelmente também; -----

----- A Moção n.º 3, igualmente apresentada pelo Bloco de Esquerda, também a iriam votar favoravelmente. Aliás, acabaram por a subscrever tal como outras bancadas, mas sobre ela desejava dizer que aquilo que se referia sobre o Fórum Social era uma declaração que manifestamente não pretendia ser nada de acintoso, bem pelo contrário. Era uma Moção que diria muito *soft* na forma como tratava aquilo que aconteceu no Fórum o mais leve que podia ser tratado, e julgavam que de tal forma ela era

abrangente que certamente, apesar da declaração do PPM, estava convencido que acabaria por ser aprovada por unanimidade, visto que aquilo que ali aconteceu foi um importante evento de carácter social em que toda a Cidade de Lisboa esteve envolvida, designadamente a Câmara Municipal que até apoiara o evento. Portanto, apelava a que também a maioria a votasse favoravelmente. -----

----- Sobre a Moção n.º 4, apresentada pelo PCP relativamente à Carris, disse que se iria pronunciar mais detalhadamente sobre ela, e sobre a Moção n.º 5, que era uma recomendação apresentada pelo PEV, o PS iria votá-la favoravelmente porquanto julgavam tratar-se de uma recomendação que certamente viria à colação no próximo debate sobre acessibilidades e mobilidade, visto que manifestamente aí teria razão de ser que se discutisse essa importante problemática. -----

----- Mas não dizia o mesmo da Moção sobre a Carris visto que o debate que iam ter na próxima terça-feira, sobre acessibilidades e mobilidade, tinha como tema a utopia, e este era um tema em que, infelizmente, não tinham grande possibilidade de ser utópicos. -----

----- Portanto, procurando usar de uma linguagem terra a terra, dizia que o Grupo Municipal do PS votaria favoravelmente a Moção, até porque tiveram informação da parte dos subscritores que iam ser alteradas algumas expressões que estavam no texto inicial e com as quais não estavam de acordo. Não falava na parte deliberativa porque se reviam no que aí constava. -----

----- No entanto, desejava destacar que esta era uma questão importante para a Cidade de Lisboa que estava relacionada com a mobilidade. Tal como tinha dito, e foi intencionalmente que procurara fazer uma conexão entre esta Moção e o debate da próxima terça-feira, este tema tinha que ser tratado também no debate sobre a mobilidade na cidade porque Lisboa tem um enorme problema de falta de transportes públicos, e era tempo de começarem a tratar esta questão. -----

----- Pessoalmente estava à vontade porque mesmo no seio da sua bancada devia estar em larga minoria, mas há muitos anos que se batia por esta problemática, há muitos anos defendia que deviam inverter o actual estado de coisas. Actual estado de coisas, diga-se, de que não pretendia de modo nenhum acusar a actual maioria, porque não era isso que estava em questão, não era isso que estava em causa, nem era esse o tempo, já que aquilo que importava era, sobretudo, pensar cidade. -----

----- Na sua opinião tinham obrigação, enquanto Deputados Municipais, de fazer discernir sobre a cidade, e este era, manifestamente, um daqueles temas sobre os quais merecia a pena reflectir, sobretudo reflectir tendo em conta o futuro. -----

----- Disse, depois, que gostava de trazer à colação um tema relacionado com esse, que manifestamente não tinha nada a ver com a Carris mas tinha muito a ver com os transportes colectivos, tinha muito a ver com aquilo que queriam em termos de transportes pesados para Lisboa. Estava-se a referir, obviamente, ao célebre túnel das Amoreiras, que era uma obra carismática para o Sr. Presidente da Câmara, uma obra onde parecia ter apostado tudo mais alguma coisa, mas que era uma obra que, diria, era muito perigosa para a Cidade de Lisboa, já que, ao contrário do que já foi dito, ela não iria melhorar a qualidade de vida na cidade, mas antes, pelo contrário, iria trazer

muitos problemas sobretudo porque aquilo que ela pretendia era apenas e tão só facilitar a penetração de mais automóveis particulares na cidade. -----

----- E essa era uma questão central, porque teriam que discutir exactamente o que queriam da cidade. Por isso entendia, e nesse aspecto a sua bancada também não tinha grandes dúvidas, que era absolutamente urgente e necessário que fizessem um debate profundo sobre aquilo que queriam da cidade, sobretudo daquilo que queriam do centro da Cidade de Lisboa. Era cada vez mais necessário que fizessem um debate sério e profundo sobre, por exemplo, a limitação do acesso automóvel a algumas zonas da cidade, tema que merecia ser analisado e que manifestamente se relacionava com a problemática da Carris e do Metropolitano, porque se não apostassem seriamente, e de forma decidida e decisiva, na recuperação daquilo que era a qualidade do transporte da Carris, certamente não criariam as condições necessárias para inverter o actual estado de coisas. -----

----- Aliás, nunca poderiam perder de vista que o actual estado de coisas, que já vinha de há alguns anos atrás, havia mesmo quem dissesse que estavam ainda na primeira idade do uso do automóvel em Portugal, porque se não fossem capazes de começar a criar constrangimentos, enormes condicionamentos ao uso e à circulação do automóvel particular na cidade, não conseguiriam criar a apetência pelo uso dos transportes colectivos. -----

----- Esta era uma questão absolutamente essencial, porque podiam continuar a clamar e a exigir que a Carris tivesse mais e melhores condições e tivesse mais e melhores autocarros, porque se a Carris não fosse capaz de, por exemplo, chegar onde necessitava e de transportar os seus passageiros para além das 21:30 horas, e era bom não perder de vista que uma boa parte da cidade era servida apenas até essa hora, significava que uma boa parte dos utentes não poderia pensar em servir-se apenas da Carris. Essa era uma questão nuclear! -----

----- Portanto, quando tratavam desta questão tinham que tratar de um modo alargado e tinham que englobá-la em toda uma lógica metropolitana. -----

----- Disse, ainda, que gostava de trazer à liça uma matéria conexas com esta, que era o problema da Autoridade Metropolitana de Transportes, porquanto se tratava de um problema onde a Cidade de Lisboa sentia, decididamente, a ausência dessa Autoridade verdadeiramente central para a sua qualidade de vida. E também sobre esta matéria não estava a acusar o Governo ou a actual maioria do Município, até porque não era justo, não era correcto e não era verdadeiro. Por conseguinte, não era isso que estava em causa, o que estava em causa era que fizessem também sobre essa matéria uma guerra conjunta, porque todos teriam que perceber a importância que tinha, designadamente para o Município de Lisboa dada a sua centralidade em toda essa matéria. -----

----- Por isso, era importante que a Assembleia se debruçasse sobre essa matéria, e da parte do PS desde já se disponibilizavam para, em qualquer momento, encetarem um grande debate em torno da Autoridade Metropolitana de Transportes, tendo presente que havia um dado que manifestamente era importante ter em equação nesta análise que hoje estavam a fazer sobre a Carris, e que tinha a ver com uma hipotética tentativa

de privatização, matéria em relação à qual gostava de dizer desde já que se e quando essa matéria viesse à Assembleia a posição muito clara era que estariam contra. E estariam contra por várias razões: -----

----- Desde logo, porque tinham a perfeita noção de que esse era, e tinha que continuar a ser cada vez mais, um instrumento decisivo para o Município de Lisboa e para a qualidade de vida dos cidadãos, e, portanto, qualquer tentativa para fazer dessa matéria uma matéria de muito interesse para os privados, da parte da bancada do PS teria uma oposição total. -----

----- Contudo, outra coisa poderia vir a acontecer se aquilo que se desejasse fosse a municipalização da Carris. Era uma matéria pela qual a bancada do PS há muito lutava, era uma problemática muito importante, sabiam que havia um problema enorme que tinha a ver com a questão financeira, esse era o constrangimento maior, porém as responsabilidades que o Município tinha nessa área não podiam permitir que se demitisse delas. -----

----- E a propósito de demissão do Município no que respeitava à Carris, disse que desejava dar um bom exemplo do relacionamento que a Câmara, e para isso trazia à colação o Parque de Monsanto. A Carris tinha tantas dificuldades em levar novas carreiras para alguns bairros da cidade, que não tinham transportes públicos como era sabido, mas o Sr. Presidente da Câmara estalara os dedos e disse “eu quero carreiras para Monsanto” e a Carris metera carreiras em Monsanto. Era isso que queriam para o resto da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, em protesto, disse que não protestava contra a intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista porque até apreciou a maioria daquilo que ele disse, mas protestava contra a Mesa e contra a Assembleia porque era inadmissível que durante todo o tempo que o Deputado Municipal Dias Baptista interveio ninguém estivesse atento! Tudo conversava, tudo numa completa distração em relação aos trabalhos que estavam a decorrer. A Mesa, a Câmara e a Assembleia estavam distraídas, e era preciso que fosse respeitado quem estava no uso da palavra. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Mesa não aceitava esta recriminação porque era injusta, já que, de facto, pessoalmente estava a preparar as moções com as alterações todas que estavam a sofrer para depois apresentar à Assembleia, assim como os restantes elementos da Mesa estavam nas suas tarefas. -----

----- Mas era natural que o protesto tivesse alguma razão ser! Já se conheciam há muito tempo e sabiam também como era possível estragar os trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, leu a declaração que a seguir se transcreve: -----

----- “Numa das últimas Sessões desta Assembleia foi afirmado por um dos Senhores Deputados Municipais, cujo nome não me recordo, que o presente Executivo recebeu uma situação financeira equilibrada. -----

----- Salvo o devido respeito pela opinião expressa pelo Senhor Deputado Municipal, sinto-me na obrigação de esclarecer que analisando as contas do exercício de 2001 se chega a uma conclusão completamente oposta. -----

----- Na realidade, as contas do exercício de 2001 revelam que transitou para o presente Executivo, não uma situação financeira equilibrada mas sim precisamente o contrário. Essas contas reflectem um *deficit* financeiro que a seguir exponho em comparação com os valores de 2000 (em contos): -----

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
----- Activo disponível	3 810 579	4 891 874
----- Activo realizável a curto prazo	<u>6 064 421</u>	<u>10 552 443</u>
----- Soma	9 875 000	15 444 317
----- Passivo exigível a curto prazo	<u>16 135 966</u>	<u>12 923 492</u>
----- Superavit/deficit corrente (acid test)	(-) 6 260 966	(+) 2 520 825

----- Este assunto já havia sido exposto na nossa Declaração de 16 de Julho de 2002, a qual, por ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente, foi distribuída pelos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Verifica-se, assim, que o presente Executivo recebeu uma situação financeira altamente deficitária que, segundo se deduz das contas de 2002, foi resolvida mediante a contratação de financiamentos a médio/longo prazo. -----

----- Desejo entretanto acentuar que o que se afirma não constitui de forma alguma uma crítica ao anterior Executivo que, certamente, atingiu o *deficit* financeiro corrente atrás indicado devido a circunstâncias inultrapassáveis, devendo ter sido obrigado a aceitar essa situação no interesse da Câmara Municipal e, em última análise, de todos nós, cidadãos lisboetas. E que também, certamente, o anterior Executivo teria solucionado a situação como o veio a fazer o actual Executivo.” -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que queria fazer três felicitações: -----

----- Uma relativa às Marchas Populares, uma bonita que festa que ocorrera em homenagem à Cidade de Lisboa, que a todos orgulhava e unia uma vez por ano; -----

----- Outra à Câmara Municipal pela excelente Feira do Livro organizada este ano, com algumas inovações, com mais pavilhões, no fundo com uma resposta clara de modernização de uma feira em que todos os anos tinha que se inventar dado o seu papel decisivo na cultura da Cidade de Lisboa; -----

----- Uma terceira felicitação, esta pessoal, à Vereadora Teresa Maury pela sua nomeação para Vice-Presidente da Câmara, pois também como representante do PSD na Comissão Permanente de Administração e Finanças era um testemunho directo do excelente trabalho que tem feito no Pelouro das Finanças. Por isso, em nome do Grupo Municipal do PSD, mais uma vez, os parabéns e o desejo de felicidades no desempenho das novas funções. -----

----- Seguidamente, disse que ia comentar, essencialmente, três moções. -----

----- O primeiro comentário era sobre a Moção n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda, para dizer que ela, a ser ver, pecava desde logo por extemporaneidade na medida em que, se estavam a falar de um direito da Assembleia à resposta, ela estaria atrasada cerca de uns 12 ou 14 anos. -----

----- No entanto, ela também padecia de alguma argumentação jurídica que, na sua perspectiva, era de certa forma frágil. Nomeadamente a inferência que fazia do ponto 2

para o ponto 3, quando, de um carácter recomendatório inferia um direito à resposta como uma consequência necessária. -----

----- Mas aconselhava que não se entrasse em legalismos porque também poderiam invocar, para esse efeito, o artigo 38º, n.º 1, alínea f), que dizia que o período de Antes da Ordem do Dia era destinada à apresentação de recomendações ou moções – e agora sublinhava – sobre assuntos de interesse para o Município. E, se fossem legalistas, porventura grande parte das moções em relação às quais careciam de resposta, seriam moções que dificilmente diziam qualquer respeito aos interesses do Município. Numa interpretação legalista com coerência teriam que propugnar para esse artigo também. -

----- Portanto, era preciso credibilizar a Assembleia no sentido de que tinham que ter a noção das prioridades, tinham que exigir resposta firme quando era de prioridades da cidade que se tratava, mas não podiam utilizar a diversidade temática, o universalismo por princípio como forma de inundar, quer a Assembleia, quer a Câmara, com dissertações teóricas que deveriam ter lugar noutra sede. -----

----- Quanto à Moção n.º 3, disse que o PSD votaria também contra, embora fosse necessário dar uma explicação. Essa Moção falava sobre o movimento participativo, tão elogiado e caracterizado desde logo pela participação de mais ONGs e associações, mais de 3.000 inscrições individuais, mais uma série de participações de convidados, intelectuais, investigadores e por aí adiante. O PSD, no fundo, não queria dizer não aos movimentos participativos espontâneos na cidade, pelo contrário entendiam que eram bem-vindos. Mas também queriam dizer que o movimento participativo espontâneo era um movimento não institucional! Era nisso que residia a sua importância. Ora, quando queriam para movimentos participativos apoio institucional, era porque de participativo e espontâneo ele teria pouco. -----

----- Ou seja, o PSD não dava o aval a um intelectualismo iluminado que procurava outro tipo de legitimidades que não aquelas democráticas. Para o PSD o movimento participativo, quando espontâneo, era da maior respeitabilidade e seria ouvido com o maior interesse, mas quando não era mais do que uma fachada para tomar conta das instituições, então respondiam claramente que a oficina da controvérsia eram as urnas e que a legitimidade em que acreditavam era a democracia do voto. -----

----- Portanto, votavam contra pela visão subliminar de movimentos participativos que animava essa Moção. -----

----- Relativamente à Moção apresentada pelo PCP, sobre a situação da Carris, disse que gostava de distinguir duas respostas seriamente distintas. Em primeiro lugar, uma palavra de conforto para os trabalhadores da Carris, da parte do Grupo Municipal do PSD, no sentido de que a questão da mobilidade os preocupava sem dúvida, a questão dos trabalhadores da Carris também os preocupava, e desde já podiam avisar que não teriam posições dogmáticas sobre o assunto. Mas quando diziam que não teriam posições dogmáticas, diziam que a Carris tinha a função de melhorar a mobilidade em Lisboa, e nessa medida, dentro das soluções de melhoramento da mobilidade em Lisboa, estariam atentos à composição de interesses que necessariamente teriam de ser tidos em conta numa empresa que desde há muitos anos prestava um excelente serviço à cidade. -----

----- Em relação ao conteúdo mais partidário da Moção, disse que tinham respeito aos trabalhadores, mas o PCP não evidenciava esse respeito quando desprezava, quando colocava para uma minoridade o ser humano que assinava com a entidade patronal um acordo de rescisão amigável, porque o acordo de rescisão amigável, quando era assinado por um ser humano, era tão respeitável como aquele que decidia não rescindir amigavelmente. Essa paternidade da humanidade em geral e do universalismo que o PCP, no século XXI continuava a invocar, por vezes, porque não se davam ao trabalho de responder sempre já que isso cansava, necessitava de uma palavra sobretudo para que tivessem dignidade no debate democrático. Porque falava-se em força ofensiva destruidora, necessidade e objectivo de reduzir a oferta, ponto final! Mas alguém acharia que esse era o objectivo da Administração da Carris, dos membros e representantes do Governo português que lidavam com a matéria dos transportes? Enfim, as coisas teriam que ser postas seriamente! -----

----- Aliás, os estudos que estavam por trás, que tinham como norte a questão da mobilidade, tinham a preocupação do quê? Se os Deputados Municipais viessem ali dizer que era normal, como todos viam, autocarros de mais de 50 lugares terem uma pessoa à noite e dissessem também que essa carreira era imprescindível para Lisboa sem que houvesse uma troca de um autocarro de mais de 50 lugares para autocarros mais pequenos para servirem as necessidades dessas pessoas, então diria que estava em pleno desacordo porque entendia que era necessário trocar os autocarros e não iria para ali focar o fim da carreira. Concordava que um dia, se quisessem, poderiam discutir seriamente o problema dos transportes da CP/Refer, da Carris, do Metro e da Autoridade Metropolitana de Lisboa, que era um esforço sistemático que o Governo estava a fazer, e que a actual Câmara incentivara, nunca antes feito na Cidade de Lisboa. Portanto, seria bom que fossem sérios, se quisessem discutir essa matéria, ali estariam para a discutir, não pequenas parangonas para inglês ver mas sim os assuntos da mobilidade em Lisboa que interessavam aos cidadãos. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que a este faltavam os anos de vida como também a experiência do saber. De facto, era pressão ilegítima um trabalhador ir ao médico de uma empresa pública com um problema de saúde e depois ser retirado das suas funções e acto contínuo chamado aos serviços de pessoal dessa empresa para ser convidado a sair. Isso era ilegítimo, eram pressões ilegítimas, não eram contratos livremente negociados. Aliás, ilegítimo era também usar os dinheiros da segurança social pública para fins a que não se destinavam, ou seja, para um subsídio de desemprego por desemprego involuntário, quando a questão não era essa mas sim o desemprego forçado. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, em contraprotesto, disse que o protestante trocara o intelectualismo iluminado, seria talvez a nova doutrina do PCP, pela legitimidade da idade, mas queria dizer-lhe que tinha muito orgulho nos seus 26 anos como tinha muito orgulho também no contributo que pudesse e soubesse dar à Cidade de Lisboa enquanto Deputado Municipal. Isso não o minorizava nem o diminuía, antes o igualava perante o Deputado Municipal que protestara. -----

----- **O Deputado Municipal José Maria Valente (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, no uso da palavra, disse que tinha para apresentar um problema relacionado com a sua freguesia, que, no fundo, era uma informação e uma exigência. -----

----- Disse, então, que no dia 8 de Março passado, em simultâneo com uma rotura da EPAL, acontecera na Rua Afonso Domingues um aluimento de terras, que teve como resultado que seis edifícios tivessem sofrido fissuras, no interior e no exterior, criando uma situação deveras complicada para os residentes e também para os que nessa rua residiam. Uma das famílias teve de ir viver para casa de um familiar, uma outra foi aconselhada também a sair, e agora, passados que estavam mais de três meses, não havia uma intervenção da Câmara em que se pudesse dizer que estava a tratar do problema. -----

----- Disse, ainda, que os transportes públicos deixaram de transitar pela rua, no sentido descendente, as pessoas estavam desesperadas porque não sabiam a quem se dirigir para pedirem responsabilidades, e, por tudo isso, deixava uma exigência firme à Câmara para que tomasse em linha de conta essa situação, de certa forma trágica, e intervisse o mais rapidamente possível. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava dar nota do sentido de voto do CDS-PP relativamente às moções apresentadas. -----

----- Assim, referiu que a Moção n.º 1, que era uma recomendação da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, votá-la-iam favoravelmente. -----

----- Votariam contra a Moção n.º 2, cuja redacção lhes parecia claramente excessiva, fazendo, no entanto, um apêlo à Câmara para que fosse mais eficaz no que dizia respeito às respostas aos requerimentos e aos pedidos de informação que muitas vezes eram feitos por parte das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal. -----

----- Votariam também contra a Moção n.º 3, mas apesar de tudo fazendo votos para o próximo Fórum Social corresse melhor, nomeadamente quando se discutisse a tal marcha final, no sentido de decidir quem ia à frente, ao lado ou atrás. -----

----- Iguamente votariam contra a Moção n.º 4 pelos pressupostos e pela linguagem utilizada, a que o Deputado Municipal Ricardo Chaves já fez referência e que subscrevia, pela teoria da conspiração que ela pressupunha, mas estavam certos que o PCP entraria no debate da questão dos serviços públicos de transportes na Cidade de Lisboa, imbuído, seguramente, de uma nova filosofia de transportes públicos resultante de uma visita que fez recentemente à democrática Ilha de Cuba. -----

----- Em relação à Moção n.º 5, que era uma recomendação apresentada pelo PEV, disse que se iam abster. E abstinham-se porque sendo sensíveis à questão das mobilidades alternativas e saudáveis, eram também coerentes com aquilo que várias vezes ali disseram sobre algumas dessas questões, designadamente contra o célebre “Dia Sem Carros”. -----

----- Finalmente, sobre a recomendação apresentada pela Deputada Municipal Ana Sara Brito, relativa à Escola David Mourão Ferreira, disse que a iriam votar favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por aludir à recomendação apresentada pela Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, dizendo que ela se referia ao problema dos jovens que adquiriram casa na EPUL-Jovem e que por atrasos sucessivos da construção dessas casas viram-se obrigados a dilatar o prazo de mais de dois anos relativamente àquilo que tinham previsto para que as casas fossem entregues. -----

----- O contrato tinha uma cláusula que referia que durante cinco anos não se poderiam vender as referidas casas, o que naturalmente prejudicava os jovens já que eles quando fizeram os contratos de promessa de compra e venda foi-lhes criada a expectativa que as casas lhes seriam entregues num determinado prazo, mas elas acabaram por lhes serem entregues quase três anos depois. -----

----- Ora, tratava-se de casas de T0 e T1 na sua maioria, que nessa altura serviam perfeitamente os interesses dos jovens, mas dado que alguns foram constituindo família as casas foram-se tornando pequenas, pelo que tinham necessidade de optar por casas maiores. Só que não tinham poder económico para sem vender as casas que tinham puderem adquirir outras. -----

----- Portanto, o que pediam à EPUL era que fizesse o mesmo que já foi feito antes, e que aliás a anterior Administração tinha prometido que faria neste caso, que era considerar como cumpridas as exigências que os compradores tiveram relativamente ao tempo de retenção das casas. -----

----- Referiu que a recomendação foi feita pela Comissão e na altura ficara de falar com o Presidente da EPUL no sentido de que isso pudesse ser resolvido de uma forma directa sem intervenção desta recomendação, e a resposta que teve do Presidente foi que estava a envidar esforços nesse sentido, que era um caso que tinha problemas jurídicos inerentes, que pretendia talvez resolvê-lo caso a caso porque nem todos queriam alienar as casas, mas, apesar dessa intenção, a Comissão entendera que não seria mau reforçar essa situação com esta recomendação, e foi o que fizeram. -----

----- Depois, mudando de assunto, disse que o edifício da Assembleia, o Fórum Lisboa, tinha no seu exterior uma vitrine enorme, entre a entrada da Assembleia e a entrada dos Serviços. Reparara que nessa vitrine havia documentos e tendo-se aproximado para ver o que era, sempre supondo que se trataria de documentos relativos à vida da Assembleia, à actividade das Comissões outro tipo de coisas relacionadas com a Assembleia, notara, com espanto, que aquilo que lá estava era propaganda do Partido Comunista Português. -----

----- Era efectivamente estranho porque o que lá estava tinha o carimbo do PCP e não tinha nada a ver com a Assembleia. Era sobre minorias, podia ser muito digno, podia ser uma coisa perfeitamente legítima e até ser inocente em termos ideológicos. Mas o que não era correcto era que na Assembleia Municipal a única coisa que estivesse nessa vitrine fosse uma documentação referente ao PCP. -----

----- Todos podiam ver isso porque tudo continuava na vitrine tal qual referira, mas pedia ao Sr. Presidente que actuasse no sentido de corrigir a situação. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia tomado as seguintes deliberações: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, que era uma recomendação da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana. -----

----- (O Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP, não tomou parte na votação da recomendação por ter interesse directo no assunto versado na mesma). -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, subscrita pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e votos contra do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita inicialmente pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do BE, e depois também subscrita por representantes do PCP, PS, PEV e BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- A **Moção n.º 4**, subscrita pelo Deputado Municipal Eduardo Vieira, do PCP, a pedido do PPM foi votada ponto por ponto tendo a Assembleia deliberado: -----

----- - Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- - Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV, BE e PPM, e votos contra do PSD e CDS-PP. -----

----- - Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV, BE e PPM, e votos contra do PSD e CDS-PP. -----

----- - Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- - Aprovar o ponto 5, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- - Aprovar o ponto 6, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- - Aprovar o ponto 7, por maioria, com votos favoráveis PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, que era uma recomendação subscrita pelo Deputado Municipal Manso Pinheiro, do PEV, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, BE e PPM, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 6**, que era uma recomendação subscrita pela Deputada Municipal Ana Sara Brito, do PS. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que esta recomendação seria publicada tal como foi proposto, verbalmente, pela subscritora. -----

----- A Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente às deliberações acabadas de tomar sobre as moções. -----

----- **O Senhor Presidente**, findas as votações, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, interrompendo de seguida a reunião para, tal como havia sido deliberado em anterior Conferência de Líderes e anunciado no início desta reunião, se inaugurarem as instalações dos Grupos Municipais, no terceiro andar do edifício do Fórum. -----

----- Decorridos cerca de 30 minutos, o **Senhor Presidente** reabriu os trabalhos, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha

para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 232/2003;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 234/2003;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 235/2003;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 238/2003;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 244/2003;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 245/2003;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 248/2003;** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 262/2003;** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 233/2003;** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 239/2003;** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 241/2003;** -----

----- **Ponto 13 – Proposta 242/2003;** -----

----- **Ponto 14 - Proposta 275/2003;** -----

----- **Ponto 15 - Proposta 276/2003;** -----

----- **Ponto 16 – Proposta 277/2003;** -----

----- **Ponto 17 – Proposta 278/2003;** -----

----- **Ponto 18 – Proposta 279/2003;** -----

----- **Ponto 19 – Apreciação e Votação do Relatório elaborado pela Comissão Eventual para o Conselho Participativo da Cidade, no seguimento da apresentação, pela Câmara, da proposta 541/2002.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação do documento, começou por felicitar a Assembleia pela cerimónia que sabia ter acabado de se realizar, em que a Câmara procurara colaborar, de abertura de novos espaços para os trabalhos dos Deputados Municipais e também para o relacionamento com o público. Era uma opção da Assembleia que a Câmara naturalmente respeitava e a que se procurara associar, desejando que os espaços fossem bem aproveitados ao serviço da população. -----

----- Seguidamente, sobre a actividade da Câmara Municipal nos últimos meses, disse que gostaria de colocar a tónica principal, para além de notícias que eram do domínio

público e dos factos também participados pelos Deputados Municipais, Presidentes de Junta ou seus representantes, naquilo que considerava alguma insatisfação e preocupação que sentia em relação ao atraso de medidas por parte do Poder Central quanto a opções que eram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, não só de Lisboa mas também dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, dos Municípios da Área Metropolitana do Porto e também, nalguns casos, de Municípios por todo o País. -----

----- Uma primeira nota para referir que no que dizia respeito à Autoridade Metropolitana de Transportes, os Deputados Municipais sabiam porque o ouviram falar nesse assunto várias vezes e anunciar que estaria para breve a saída do diploma correspondente à criação dessa entidade. Mas apesar da certeza que tinha da capacidade do novo Ministro, como também do anterior, facto era que estavam a chegar ao final de outro ano lectivo, estavam a pouco tempo da abertura de outro ano lectivo com tudo o que implicava em termos de funcionamento da vida normal da cidade sem ser em período de férias, e estavam com essa carência que se somava à carência de anos ou de décadas de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, que já deveria existir há muito tempo, que foi anunciada pelo actual Governo aquando de eleições, mas que não viu ainda a luz do dia, sendo certo que estavam de consciência perfeitamente tranquila quanto à participação que foi solicitada por parte da Câmara Municipal em relação ao processo legislativo que decorrera no Parlamento e, depois da autorização legislativa, que tem decorrido no Governo. -----

----- Sabia, da parte do Sr. Ministro dos Transportes, que estava a ser ultimada a versão, ele corrigira alguns aspectos da proposta deixada pelo seu antecessor, mas, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não podia deixar de exprimir a sua preocupação, que tinha já transmitido a quem de direito, que era também insatisfação por este atraso em relação a uma medida fundamental para a concertação em matéria de transportes, nomeadamente em épocas especialmente sensíveis nessa matéria. -----

----- Ainda há dias teve ocasião de participar numa cerimónia no Metropolitano, que assinalara, um ano antes, o dia do início do Euro 2004 com um apelo à utilização dos transportes públicos, nomeadamente o Metropolitano onde as campanhas seriam reforçadas, mas essa situação de impasse em que viviam até alguns operadores de transportes, como a Carris e o próprio Metropolitano, com o anúncio feito até pelo anterior Ministro de uma proposta de municipalização próxima da Carris, quanto a si não revertia a favor nem das empresas, nem dos interesses dos municípios dos diferentes Municípios abrangidos por essa medida. -----

----- Seguidamente, referiu-se à entrada em funcionamento das Comissões de Coordenação na sequência do novo estatuto que tinham, dizendo que o diploma foi publicado no passado dia 23 de Maio, não tinha nenhuma *vacatio legis* especial, mas teve também já ocasião de transmitir a preocupação pelo facto de uma estrutura nova, que consagrava a fusão das Comissões de Coordenação Regional, no caso de Lisboa com a DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território, estar num processo que considerava moroso em relação à sua entrada em funcionamento. A nova legislação previa um processo complicado, a designação de

representantes de várias entidades, depois o Conselho da Região teria que designar três nomes na proposta para presidente, a seguir serem escolhidos os vice-presidentes, mas o que era facto é que sem essa estrutura entrar em funcionamento normal era muito prejudicada também, a vários níveis, a actividade dos Municípios, nomeadamente no que respeitava às alterações necessárias aos planos de ordenamento existentes ou para a elaboração de novos planos de ordenamento. -----

----- No que respeitava a Lisboa, dava o exemplo do PUZRO – Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental, do Plano de Pormenor da Artilharia Um e outros planos, como, por exemplo, o de Carnide, o de Olivais Velho, que estava numa fase adiantada e brevemente seria presente à Assembleia, portanto uma série de instrumentos de planeamento que aguardavam, neste momento, a elaboração de relatório por parte da antiga DRAOT. Esperavam ter esses relatório prontos brevemente, mas o que era facto é que a entrada em funcionamento desta nova estrutura, naturalmente perturbava o desenvolvimento do trabalho que tinham pela frente e que estava a cargo da Câmara desenvolver. -----

----- Por outro lado, também não podia deixar de fazer uma alusão reforçada àquilo significava alguns entraves colocados pela legislação sobre os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente a falta de regulamentação, que já vinha do Governo anterior e que tem continuado neste, dos planos de pormenor simplificados, figura criada juntamente com a dos projectos urbanos pelo Governo anterior. Não foi regulamentada na altura, ainda não foi regulamentada agora também, e, como era sabido, acontecia que decisões de extremo interesse para a cidade eram perturbadas pelo facto de não existir essa regulamentação e medidas de enquadramento, tomadas pela Administração Central, que permitissem ao Poder Local desenvolver a sua actividade normal no âmbito da autonomia que lhe devia estar consagrada. E tinham hoje em dia uma situação cada vez mais insuportável, porque esses planos tinham que ir, na fase final, à aprovação e ratificação pelo Conselho de Ministros, portanto tinham que ir à chancela do Poder Central, mas tinham que passar previamente uma fase de concertação absolutamente dispensável, pelo menos nos termos que existia hoje em dia, entre aquelas que eram as orientações do Poder Local e as reservas colocadas pelo mesmo Poder Central que teria de aprovar a versão das propostas de novos planos na fase final de todo o processo. -----

----- E era por isso que a média temporal de aprovação dos planos de pormenor vinha sendo de seis anos, ou mesmo mais, em vez dos seis meses, ou no máximo um ano, que era quando deveria durar a elaboração desses instrumentos fundamentais para a actuação do Poder Local, se queriam, de facto, respeitar essa componente essencial do planeamento no desenvolvimento do trabalho de gestão do território e de gestão do Município. -----

----- Estas eram umas notas que constituíam alguns exemplos, para não falar noutros aspectos da descentralização prometida, que Lisboa sentia de modo muito particular, e que preocupavam nomeadamente quando estavam à beira de mais um verão, portanto quando seria lógico que estivessem já a planear o próximo ano lectivo em concertação com os outros Municípios, porque na prática era já o segundo ano e meio/terceiro ano

do mandato autárquico, para todos os Municípios das Áreas Metropolitanas em relação a todos esses problemas que eram muito complicados para todos. -----

----- Nesta altura esta era a nota que queria transmitir à Assembleia porque era aquela que correspondia ao essencial das suas preocupações neste momento. Com certeza que outras existiam: preocupações de ordem financeira, preocupações do constrangimento das questões submetidas à generalidades das autarquias, mas esse era debate já feito, eram preocupações já sentidas, de que os Deputados Municipais, Presidentes de Junta e ele próprio como os Vereadores estavam cientes e sentiam os efeitos em muitos casos. -----

----- Em relação àquilo que foi a actividade da Câmara desde a última informação, disse que se permitia sublinhar os passos dados no sentido de conseguirem – e havia propostas apresentadas à Assembleia – ir por diante na tarefa enorme da reabilitação em Lisboa, dos bairros históricos mas não só, mas havia aí também figuras de constrangimento jurídico que eram verdadeiramente inaceitáveis. A título de exemplo, disse que segundo a lei, ou segundo algum entendimento jurisprudencial, quando a Câmara Municipal realizava obras coercivas em prédios particulares, por razões de segurança nomeadamente, e tomava posse administrativa, estava dispensada de realizar concurso público para fazer as obras de recuperação, mas em relação aos seus prédios municipais não podia dispensar-se do concurso público mesmo que razões de segurança graves existissem, porque era entendimento da jurisprudência que a Câmara não podia invocar razões de urgência. Ou seja, a própria entidade não podia invocar razões de urgência quando foi ela que se atrasou. -----

----- Mas a história de cada instituição era vasta, era larga, e eram circunstâncias várias que explicavam que esta ou aquela obra não tivesse sido feita neste ou naquela tempo, e às vezes a deterioração de um prédio acontecia de repente e sem razões identificáveis em tempos mais remotos. Mas eram esses bloqueios da legislação, que tinham que torner e cuja alteração tinham proposta ao Governo, que de facto obrigavam a ter que procurar outras alterações para conseguirem levar por diante a tarefa da reabilitação na generalidade dos bairros onde a sua necessidade se sentia de forma mais intensa. -----

----- E, a esse propósito, desejava confirmar e reconfirmar a orientação da reabilitação urbana como tarefa principal na área da construção em Lisboa. -----

----- Por outro lado, como segunda tónica fundamental da acção que estavam a desenvolver e das preocupações que sentiam neste momento, pretendia dizer que estavam a estudar a forma pela qual poderiam dizer ao mercado, diria mesmo impor ao mercado nos próximos tempos, que pelo menos até ao final deste mandato respeitassem a orientação de que para além dos projectos já entrados na Câmara não queriam mais construção nova em Lisboa neste momento. O mercado teria de entender que em muitos casos havia até um excesso de oferta em determinadas gamas desse mesmo mercado, e por isso o Município de Lisboa dispensava neste momento projectos para nova construção na cidade. Os agentes do sector e as forças dessa área económica, teriam que se convencer da necessidades de dirigir os seus esforços e os seus investimentos para a área da reabilitação. -----

----- Tomaram medidas há pouco tempo, nomeadamente em matéria de taxas aprovadas pela Assembleia Municipal, no sentido se dar estímulos à participação dos proprietários em todo esse esforço, mas era efectivamente necessário que se capacitassem todos, diria mesmo que dessem até um exemplo ao mundo, passe o pretenciosismo, para que ele passasse a olhar para Lisboa e ver que Lisboa, de facto, tomara consciência da tarefa enorme que tinha diante de si e dizia a si própria que se dispensava de nova construção numa altura em que tinha que cuidar tanto da construção que já existia. -----

----- Por isso mesmo, desejava dar também nota à Assembleia Municipal de que iria apresentar em breve em reunião de Câmara, com a participação também de entidades da estrutura empresarial do Município, propostas no sentido da constituição de fundos de investimento imobiliário, anunciados na altura das eleições, cujos problemas, de ordem jurídica principalmente, intrincadíssimos, vinham procurando desbloquear. Mas chegaram a uma fase que lhes permitia tirar algumas conclusões, nomeadamente quanto às vantagens ou desvantagens de constituição de fundos de investimento imobiliário, fechados ou abertos, da natureza de criação de fundos próprios da Câmara ou participação em fundos já existentes, de constituição de uma nova sociedade gestora ou de participação ou contratação com sociedades gestoras de fundos já existentes. A fórmula jurídica de passagem de algum do património constituído por prédios do Município carecidos de reabilitação para esses mesmos fundos em troca de unidades de participação e na base de compromissos que levassem a que esses prédios, uma vez reabilitados, revertissem novamente para a Câmara com o pagamento de uma renda, ou fossem colocados pelos próprios fundos directamente no mercado. -----

----- Mas todas essas matérias levantam, e levantaram, questões jurídicas, algumas provavelmente novas até para pessoas que já há muito deveriam ter pensados nesses assuntos e nunca sobre eles se debruçaram, como, por exemplo, saber se a Câmara era obrigada ou não a concurso para escolher as sociedades gestoras, para escolher os fundos, se alguns desses serviços eram equiparados a serviços financeiros nos termos da legislação existente, ou não. Estavam agora a chegar às conclusões desse trabalho, em relação ao qual fizeram mais de uma centena de audições e, portanto, estavam neste momento em condições de apresentar essa proposta a reunião de Câmara para posterior apresentação à Assembleia Municipal. -----

----- Aliás, seria necessário que desenvolvessem esse trabalho enorme em conjunto para que a Assembleia se pudesse também associar, e nos termos da lei era imprescindível que isso acontecesse, a esse processo de transferência de algum património do Município para os fundos a criar, ou a contratar, para recuperação do património municipal. Permitia-se até dizer que teve já ocasião de transmitir a vários representantes de fundos de investimento, que o impressionava que dessem tão permanentes testemunhos da liquidez enorme que tinham a generalidade desses fundos de investimento, e que existia essa necessidade permanente em Portugal de encosto à Administração Pública e dizer-lhe que o interesse desses fundos era de participarem nos fundos a constituir pela Câmara. -----

----- A Câmara, em Executivos anteriores como no actual, por opções várias e pela própria natureza da morfologia da edificação de Lisboa, tinha definidos os eixos prioritários de intervenção na reabilitação em todo o tecido da cidade, pelo que seria legítimo e natural que esses fundos, que tinham toda essa liquidez, interviessem no mercado adquirindo ou propondo contratação aos proprietários, portanto eles próprios, mesmo sem a comparticipação da Câmara, poderem levar por diante esse trabalho. ----

----- Mas era sabido como em Portugal existia essa cultura, mesmo quando entidades estrangeiras se instalavam no País, de que pouco era possível ou que não era razoável andar por diante sem a associação ao Estado, sem a participação do Estado ou sem a benção do Estado, mesmo quando a lei a dispensava ou mesmo quando não era exigível que ela acontecesse. -----

----- Portanto, como podiam constatar, era nessa área da reabilitação urbana e dos instrumentos a ela ligados, que punha a tónica na intervenção que estava a produzir perante a Assembleia. -----

----- Estavam conscientes da imensidade da tarefa que tinham pela frente, que os levava a fazer um balanço muito simples partindo da constatação elementar que não foi por acaso que os Gabinetes dos Bairros Históricos não conseguiram, ao longo de uma década, fazer mais que aquilo que fizeram. Não ia quantificar quanto fizeram, mas foi por força, naturalmente, de todos esses constrangimentos e bloqueios. E não eram só as situações em territórios abrangidos pelo estatuto dos Gabinetes dos Bairros Históricos que preocupavam imensamente a Câmara, porque hoje em dia havia zonas em Lisboa, nomeadamente na zona baixa da cidade, na zona do Intendente e outras, que em termos de segurança dos edifícios, segurança das pessoas e segurança do quotidiano, cada vez mais constituíam motivo de preocupação porque a curto prazo necessitavam de intervenção urbana e de uma intervenção integrada profunda para a qual teriam que reunir os meios devidos, e nomeadamente os recursos financeiros também da parte de privados. -----

----- Disse, depois, que a Câmara procurara intervir noutras frentes. Houve ocasião, durante este tempo, para que representantes dos Grupos Municipais tivessem um primeiro contacto com o estudo prévio do Arqtº Frank Gehry para o Parque Mayer, como houve também ocasião para se aprovarem outras propostas em reunião de Câmara que correspondiam a compromissos que assumiram com os eleitores, independentemente das opções e das posições de cada força política sobre a matéria. Estava neste momento em desenvolvimento e em concertação com o Metropolitano, a intervenção noutras zonas de Lisboa, nomeadamente a propósito dos trabalhos na linha vermelha que ligará a Alameda D. Afonso Henriques a São Sebastião da Pedreira, cujos trabalhos se deverão iniciar a partir do final do corrente mês. -----

----- Por outro lado, existia intervenção feita em Monsanto, uma intervenção que julgava ser histórica para a Cidade de Lisboa, que não se limitara a alguma limpeza em actividades por lá existentes que constituíam flagelos sociais, mas também a limpeza das matas e do próprio parque, nomeadamente em espécies dispensáveis segundo os entendidos na matéria, o que hoje permitia a quem lá passava ter uma visão completamente diferente do horizonte do próprio parque através das clareiras antes

tapadas por vegetação, ou porque as pessoas eram colocadas à distância por essas actividades que nunca mais eram erradicadas. Não tinham ilusões que o problema dessa chaga social não tinha sido extinguido, porque, como acontecera com o Casal Ventoso, se outras medidas não fossem tomadas eram chagas que se transferiam para outros sítios da cidade. -----

----- No entanto, a Câmara estava atenta a essa situação. Por isso mesmo, também a preocupação com o vector da iluminação de algumas zonas estratégicas da cidade era importante. À intervenção feita, em termos de arranjo floral, na avenida principal da cidade seguir-se-ia e reforço da sua iluminação, como também no Parque Eduardo VII para tornar todo o eixo central da cidade susceptível de uma utilização por parte dos cidadãos completamente diferente em relação ao passado. -----

----- Prosseguindo, disse que desejava sublinhar que foi assegurado o cumprimento e a satisfação dos compromissos de há anos da Câmara, ou de sempre da história de Lisboa: a realização das Festas da Cidade, que estavam em curso, e das Marchas Populares, tudo com um nível que pensa não ter deixado ninguém insatisfeito, apesar da exiguidade do local de ensaios, o Pavilhão do Restelo, que foi o único disponível por força da utilização do Pavilhão Atlântico por uma empresa estrangeira, e das condições de segurança do Pavilhão Carlos Lopes. -----

----- Por outro lado, asseguraram também a realização da Moda Lisboa, realizaram mais uma edição da Feira do Livro na linha da realizada no ano anterior, apesar dos resultados, devido à situação económica, na venda de livros não terem sido idênticos a anos anteriores, mas em termos de condições foi perfeitamente conseguido o que se pretendia. E estava em desenvolvimento uma série de outras actividades correspondentes a compromissos assumidos, a orientações estabelecidas e decorrentes do Plano de Actividades aprovado pela Assembleia Municipal. -----

----- Disse, ainda, que gostava também de dar nota do esforço que estavam a fazer para promoção da animação no Bairro Alto, e também que hoje à noite haveria mais uma reunião por causa do condicionamento do trânsito em Alfama, onde o processo estava também em desenvolvimento. -----

----- Portanto, era uma série de actividades espalhadas pelas mais diferentes áreas, que procurava espelhar em todas as informações escritas que apresentava à Assembleia, que não podia deixar de salientar. -----

----- Em relação a medidas que propuseram, que tinham ver com os trabalhadores do Município e que reputavam da maior importância, referiu a criação dos Serviços Sociais da Câmara Municipal, com a construção, recuperando património municipal nomeadamente a Quinta do Conde de Arcos, de um centro de lazer e terceira-idade para os funcionários da Câmara Municipal e de um centro médico na Av. Afonso Costa, que correspondia a aspirações de muitos anos dos milhares de trabalhadores da Câmara e que iriam concretizar brevemente nos termos de propostas já levadas a reunião de Câmara. -----

----- Este era um aspecto importante como o era também o da estruturação e criação do Centro de Atendimento ao Município, durante 24 horas por dia. -----

----- Seguidamente, disse que se realizara há 15 dias, no Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, integrado nas comemorações do Mindelo como Capital Lusófona da Cultura, um festival – que continuaria – com grandes nomes da música portuguesa, e como foi dito não levaram o resto levaram o principal. Lá estiveram Carlos do Carmo, os Madre de Deus, Mário Laginha, Maria João e Pedro Burmester, numa sucessão de actuações que esgotaram por completo diferentes recintos daquela ilha de Cabo Verde. Era um esforço de participação que continuaria, adquiriram a liderança do processo de divulgação do Dicionário de Língua Portuguesa estava tratado com as autoridades responsáveis culturais de Cabo Verde, nomeadamente do Mindelo, e, portanto, nas várias áreas da cooperação cultural que eram permitidas ao Município de Lisboa enquanto Presidente do Conselho Directivo da UCCLA, estavam a dar um testemunho forte do empenho para a concretização daquilo que muitas vezes diziam em palavras mas que também muitas vezes se esqueciam de traduzir nos actos. -----

----- A terminar, disse que esperava na apresentação da próxima informação escrita já não ter os motivos de preocupação que hoje o assaltavam, nomeadamente os que se relacionavam com alguns atrasos da parte do Poder Central. E com estas palavras queria deixar claro que quando pensava que era justificável, a cor do Governo para si era sempre a mesma, era o Governo de Portugal que ou cumpria a tempo aquilo que dizia ou não cumpria, porque como Presidente da Autarquia de Lisboa louvava, recordava, chamava a atenção ou censurava quando entendia que o interesse dos municípios de Lisboa assim o justificava. -----

----- **O Senhor Presidente**, antes de chamar o primeiro orador para intervir neste ponto, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara os votos de bom trabalho que endereçou à Assembleia nas novas instalações dos Grupos Municipais. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que na apresentação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, mais uma vez tinham que chamar a atenção para a insuficiência de dados, uma vez que, reiteradamente, não era cumprida a lei no que dizia respeito à informação sobre a situação financeira. -----

----- Aliás, os relatórios das execuções financeiras do Município e das Direcções Municipais estavam feitos e até mencionados na informação escrita, só que não foram disponibilizados à Assembleia para ela exercer o seu papel fiscalizador como a lei determina. -----

----- Por outro lado, a informação escrita continuava a ser um documento que apresentava dificuldades de leitura, sem índice e sem paginação. -----

----- Disse, depois, que apesar de considerarem positiva a participação do Sr. Presidente da Câmara com assiduidade nos trabalhos da Assembleia, a questão da prestação de contas e a resposta a muitas das questões ali levantadas tardavam. -----

----- De resto, hoje mesmo havia sido aprovada uma recomendação, no período de Antes da Ordem do Dia, nesse sentido. Efectivamente, os requerimentos escritos apresentados à Câmara, em largo número, até hoje não foram respondidos, pese embora o compromisso de resposta por parte do Sr. Vereador Pedro Pinto em várias reuniões da Conferência de Líderes. -----

----- Passando à análise da nota introdutória à informação, começou por dizer que o passado de marasmo que se referia era desmentido pelo facto de todas as obras e projectos que agora se concluíam terem sido lançados pela anterior gestão da Câmara. Era o caso, por exemplo, da criação de novos parques de estacionamento que quase na sua totalidade eram obras da anterior gestão. -----

----- Quanto ao Parque de Monsanto e o chamado regresso ao convívio dos lisboetas, lembrou que em 2001 os equipamentos do parque foram visitados por cerca de dois milhões de pessoas, e todos os equipamentos foram criados e postos a funcionar pela anterior gestão. O que se passava agora é que essa suposta reanimação, no entender do PCP, mais não era que o lançamento de algumas actividades mal pensadas, ou pensadas em cima do joelho. -----

----- Por exemplo, ninguém se lembraria de fechar todas as acessibilidades ao trânsito durante os fins-de-semana e feriados, obrigando milhares de pessoas a terem que contornar todo o parque para acederem a destinos tão próximos. Os habituais utentes do parque e dos seus equipamentos, nomeadamente as casas regionais e outras pessoas que nesta época faziam os seus piqueniques, eram obrigadas a ter que andar com os mantimentos às costas ou em transportes públicos pagos. Aliás, era inadmissível que na carreira criada para circular no parque o passe social não servisse, como igualmente era inadmissível que tivessem cortado importantes ligações entre bairros como a Ajuda, a Serafina, a Boavista e a zona dos Sapadores Bombeiros, e também que se tivessem cortado todas as possibilidades de parar no parque com a colocação de linhas contínuas nos arruamentos, fazendo com que todos os transeuntes não pudessem usufruir, nem que fosse por pouco tempo, do ambiente natural único que era proporcionado pelo Parque de Monsanto. A tudo isso acrescia, ainda, a falta de informação, inclusive no próprio local onde agentes da polícia apenas informavam do seu papel de barragem aos acessos. -----

----- Por tudo isso, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que não quisesse fazer a política do quero, posso e mando, que falasse menos e ouvisse mais, e que reflectisse no que se estava a passar. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, disse que eram indefectíveis da sua recuperação. Defendiam, e estava provado, que não seria necessário nenhum casino para financiar essa obra, mas chamavam a atenção para os custos que se estavam a preparar para o Município, porque o estudo preliminar já ia em 300.000 contos e não se sabia quanto ia custar a obra. Pelo que foi anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara, o projecto ia sendo avaliado no seu custo à medida que ia evoluindo, e ainda não se sabia quem iria ser o dono da obra. -----

----- Por outro lado, informação vinda a público não esclarecia a arquitectura do negócio, pelo que perguntavam qual a avaliação do terreno do Parque Mayer e qual a avaliação dos terrenos a permutar na Feira Popular, quem ia pagar a obra de recuperação do Parque Mayer e, ainda, se as garantias de defesa dos feirantes, dos trabalhadores e da Fundação de “O Século” estavam contempladas em todo o processo, pois tudo isso merecia que fosse dada uma aprofundada informação à Assembleia. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara não cumprira a promessa, ali feita com toda a pompa e circunstância, de informar a Assembleia Municipal sobre a localização definitiva do Casino, e muito menos cumprira o seu dever legal de ouvir a Câmara antes de a apresentar, com planta e tudo, numa entrevista na televisão. Aliás, lembrava-lhe que a alteração de usos do PDM, na zona que anunciara, exigia que a Assembleia se pronunciasse sobre essa matéria de grande importância para a cidade. --

----- Voltando a referir-se à nota introdutória, disse que gostava de fazer alguns reparos, nomeadamente: -----

----- Túnel das Amoreiras: disse que quanto ao processo de adjudicação já levantaram as dúvidas legais mas veriam depois o que ia dizer o Tribunal de Contas, e quanto ao objectivo de aumentar a velocidade média de tráfego no centro da cidade, perguntava se isso teria ou não efeito contrário ao que o Sr. Presidente da Câmara desejava. Ao PCP parecia que sim já que atrairia para o centro da cidade mais tráfego, nomeadamente transporte individual, o que certamente reduziria a velocidade, incluindo a dos transportes públicos, -----

----- Jardim da Avenida: disse que todos gostaram, mas perguntava o que ia acontecer com os restantes espaços verdes da cidade e se ia gastar todo o dinheiro nesse jardim, pois, ao que se sabia pela comunicação social, isso ia custar cerca de 11 milhões de euros por ano. E aqui também cabia perguntar à Câmara quando custaria a manutenção se fosse feita por administração directa, porque todos sabiam que antes também havia flores e eram tratadas. E, a propósito, perguntava também qual a razão porque não houve concurso público, tal como era estipulado por lei para um valor dessa ordem. ---

----- Terreiro do Paço: disse que era preciso ter em conta muitas opiniões e discussões havidas, mas para que o Sr. Presidente da Câmara não dissesse que não foi avisado, alertava que esse poderia ser um dos “seus buracos e do seu Governo” para ficar na história da cidade e do País, porque aquilo que dava vida ao Terreiro do Paço e ao comércio da Baixa também eram as largas centenas de funcionários dos Ministérios que ali trabalhavam. -----

----- A terminar, disse que esta era uma parte da análise à informação escrita, mas o estado da cidade não se limitava a estas questões, visto que a maioria da população estava a sentir muitos problemas que não via resolvidos. Efectivamente, existiam diferenças opostas no conteúdo e no estilo de gerir o Município, pois, de facto, para o PCP existiam outras prioridades e outros interesses. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua primeira palavra era de saudação e retribuição ao Sr. Presidente da Câmara, porque lhe parecia que ela era justa e devida. E como era assim que costumava fazer, entendia que também era devido que a Assembleia agradecesse à Câmara Municipal a colaboração para que tivesse sido possível inaugurarem hoje as novas instalações que irão servir para o funcionamento dos Grupos Municipais. Era justo que se dissesse que a Câmara teve aí um trabalho inestimável, portanto agradecer e retribuir essa colaboração porque ela era sempre bem-vinda e só dessa forma poderiam contribuir para que o Município pudesse ter um melhor desempenho. -----

----- Disse, depois, que gostava de fazer outra saudação, que era: “seja bem-vindo Sr. Presidente da Câmara à questão do atraso na criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes”. Já tinha tido oportunidade de trazer hoje à colação esse tema e, portanto, ficava satisfeito porque o Sr. Presidente da Câmara partilhava dessa crítica ao Governo. Não foi essa a preocupação do Sr. Presidente da Câmara como também não tinha sido a sua, mas o que era facto é que o resultado, quisessem ou não, era, obviamente, que estavam a constatar que havia a inexistência de um trabalho e havia, sobretudo, uma falta de cumprimento de uma promessa. E ainda, muito mais importante que isso, a constatação de que a qualidade de vida dos cidadãos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto estava a ser bastante prejudicada por essa ineficiência. -----

----- Portanto, saudava também isso porque via que não estavam ali a vestir qualquer tipo de camisola política/partidária mas apenas imbuídos num espírito de trabalhar para os cidadãos, e isso é que era importante. -----

----- Nessa mesma linha, disse que registou aquilo que se poderia ter entendido como uma crítica ao desempenho do Ministério das Cidades. Certamente não era essa a intenção do Sr. Presidente da Câmara, certamente também não era essa a sua preocupação, mas queria solidarizar-se com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de dizer que realmente começavam a perceber que as opções que foram tomadas com alteração das CCRs e com a agregação que foi feita das DRAOTs realmente estava a causar imensos problemas. Estava a causar imensos problemas porque os organismos não conseguiam funcionar, e, pior do que isso, não deixavam também as autarquias funcionarem. “Portanto, Sr. Presidente da Câmara, seja bem-vindo também a esta nossa realidade”. -----

----- Por outro lado, lamentava que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse falado numa outra questão, que também era uma promessa eleitoral do Governo ainda não cumprida – diria felizmente ainda não cumprida – que era a extinção dos Governos Cívicos. Se calhar estavam a caminho, o Governo ainda não se lembrara de cumprir mais essa promessa, o Sr. Presidente da Câmara também não se tinha lembrado de recordar que faltava cumprir essa promessa, mas esperava que a não cumprissem porque seria mais uma lástima para a administração do País. -----

----- Poderia parecer que não, mas como o Sr. Presidente da Câmara e todos os demais bem sabiam, estes problemas eram importantíssimos para a Cidade de Lisboa, porque a cidade efectivamente sofria com essas ineficiências e ausência de decisões. -----

----- Passando à informação escrita, começou por dizer que relativamente ao Parque de Monsanto a primeira palavra era também de saudação, porque lhe parecia que era justo reconhecer-se o esforço e a intenção de fazer bem. Quem o conhece sabe que a sua forma de fazer política é sempre a frontalidade, e, portanto, tinha que dizer que se percebia e se intuía que a Câmara Municipal procurara intervir ali com qualidade e bem. -----

----- Acontece, porém, que certamente os resultados práticos não eram aqueles que a Câmara Municipal desejaria, e, sobretudo, não eram aqueles que os municípios esperavam e desejavam. Isto era um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que

reponderasse, para que analisasse aquilo que estava a ser o resultado prático do seu esforço e da sua equipa, porque lhe parecia que aquilo que estava a resultar do esforço do Município não era certamente aquilo que o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa desejavam para a Cidade de Lisboa e para os cidadãos. -----

----- De facto, havia ali várias coisas que importava viessem à colação porque eram matérias extremamente importantes, e desejava trazê-las porquanto lhe parecia que o Sr. Presidente da Câmara, sendo um homem conhecedor e interessado na realidade, certamente iria perceber as preocupações, por exemplo dos munícipes da Freguesia da Ajuda e de São Francisco Xavier. Naturalmente haveria outras freguesias mas essas eram efectivamente as mais afectadas. -----

----- É que, de facto, era um pouco incompreensível que, por exemplo, quem estivesse a cinco minutos, de automóvel, do Parque do Alvito, tivesse que dar uma volta que demorava meia hora para lá chegar de automóvel. Isso era um contra-senso, tinha que se encontrar aí uma forma de permitir que para usar aquilo que era um parque municipal, ainda por cima reabilitado pelo Município com qualidade, pudesse ser fruído pela população. -----

----- E não se podia dizer que esse óbice se resolveria apenas tendo mais transportes públicos, porque, como já ali foi dito, e bem, e ele próprio também já tinha feito referência hoje, na sua primeira intervenção, a propósito da excelente relação do Sr. Presidente da Câmara com a Carris, que saudava, mas desejava, tal como fez o PCP, que fossem mais longe, porque efectivamente era incompreensível que o passe social não servisse naquela zona da cidade. É que não havia zonas neutras na cidade, aquela zona não era uma zona extra da Cidade de Lisboa, portanto era impensável que uma nova carreira não tivesse esses benefícios. Havia aí alguma coisa que não estava a funcionar bem, qualquer coisa que a equipa da Câmara não previra, estas coisas serviam exactamente para corrigir, para melhorar, e certamente que se todos, em conjunto, procurassem fazer com que os cidadãos melhorassem, com certeza que o Sr. Presidente da Câmara com as relações que tem com a Administração da Carris, conseguiria fazê-los entender, embora às vezes não fosse fácil, que essa era matéria facilíma de resolver. -----

----- Outra coisa facilíma de resolver seria que os moradores pudessem ter um determinado tipo de acessos, porque não fazia sentido que toda a zona central do Parque de Monsanto estivesse encerrada ao trânsito em simultâneo. Isso era um exagero, sobretudo pela não fruição de que ele estava a ser alvo. Pessoalmente entenderia que assim fosse se estivessem em presença de uma grande fruição, se estivessem em presença de um autêntico usufruto por parte dos cidadãos, mas, infelizmente, não era assim. Estava a falar com conhecimento de causa, porquanto mora naquela zona, fazia aquela zona a pé diariamente e também aos fins-de-semana, e era com grande lamento que dizia que, infelizmente, os esforços da Câmara Municipal de Lisboa, nessa área, não estava a resultar. -----

----- E dizia infelizmente porque se percebia que o objectivo era bom. Havia coisas que tinham que saudar. Por exemplo, a limpeza era manifestamente um acto que devia ser registado, sobretudo pelo que representava em termos de segurança. Isso tinha que

ser dito porque era verdade! Tinham que constatar que a limpeza que foi feita naquelas matas era uma exigência, era uma absoluta necessidade. Agora, era também preciso que se dissesse que teriam que ter mais uma exigência, a exigência que algo resultasse em prol dos cidadãos. -----

----- Seguidamente, disse que um dos problemas da cidade, como todos sabiam, tinha a ver com a questão da mobilidade, da acessibilidade e do estacionamento, e sobre essa matéria desejava perguntar duas coisas: -----

----- Primeira, como estava a evoluir o parque que, em altura, estava a ser feito na Calçada do Combro. -----

----- A segunda tinha a ver com o parque projectado para a Praça do Príncipe Real, matéria que o anterior Executivo procurara lançar tendo-se então gerado uma polémica exacerbada sobre o tema. Tinham conhecimento que era um assunto que o actual Executivo estava a tratar, a Assembleia nunca mais teve sobre a matéria qualquer notícia, mas porque era de extrema importância sobretudo porque estavam a falar de algo que estava relacionado com o património da Patriarcal, uma área que em termos de cultura merecia uma preservação importante e relevante, gostava que o Sr. Presidente da Câmara, se pudesse, desse um esclarecimento sobre a matéria. -----

----- Aludindo a notícias veiculadas pela comunicação social sobre trabalho feito na Av. da Liberdade quanto ao ajardinamento e refloweramento, disse que era um excelente trabalho porque, obviamente, se constatava que houve gosto e que houve visão com qualidade. Contudo, tinha que perguntar se eram verdadeiros os valores referidos pela comunicação social, ou seja, se estariam perante valores que exigiriam determinado tipo procedimento administrativo que não tinha sido seguido, isto é, se estariam em presença de algo que exigiria um concurso e ele não tinha sido aconselhado. -----

----- A terminar, disse que desejava saudar a realização das Marchas Populares. Tinha lá estado presente do princípio ao fim, convidado pelo Sr. Presidente da Câmara, e, de facto, mais uma vez assistiram a um belo espectáculo dado pelas colectividades, portanto pelo associativismo, naquilo que lhe parecia ser um dos actos mais importantes da cidade que importava preservar e defender. Por isso, em nome da sua bancada deixava ao Município uma saudação pela organização, uma saudação também às marchas vencedoras, em primeiro lugar à da Bica que foi a grande vencedora, mas igualmente a todas as outras que participaram porque só o acto de participar já era importante e relevante. -----

----- Mas uma área que neste matéria lhe parecia preocupante era o aspecto musical, área que, de facto, era das poucas coisas em que era preciso ponderar a actuação das marchas. A música, para quem acompanhava as Marchas de Lisboa há anos, era uma área que necessitava ser repensada porque o espectáculo era cansativo e monótono, portanto era necessário parar e conversar sobre isso. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, começou por saudar a Câmara pelo facto de ter proporcionado aos Grupos Municipais as instalações necessárias para melhores condições de trabalho, saudando-a também pelo esforço desenvolvido em torno do Parque de Monsanto e da tentativa de o aproximar

dos lisboetas, sendo que, neste caso, tal como já havia sido dito, a questão dos acessos deveria ser reconsiderada. -----

----- Disse, depois, que, segundo a imprensa, teria entrado nos serviços da Câmara um pedido de informação prévia com vista à reconversão urbanística do antigo quartel do Lumiar, que apontava para a construção de edifícios com 5 e 7 pisos para habitação, comércio e serviços. Ainda segunda a imprensa, no mês de Outubro do ano passado a Câmara teria indeferido o pedido de informação prévia, mas deixando a porta aberta a uma proposta de revisão simplificada do PDM no sentido de viabilizar a urbanização dos terrenos. Ora, a ser viabilizada a construção, os habitantes da zona ganhariam umas torres de janelas viradas para janelas, mais uns milhares de vizinhos que certamente não chegarão a conhecer, entalados que estavam entre o betão e o alcatrão, e com menos umas centenas de metros de espaços verdes. Acrescia, ainda, que os cerca de 50.000 m² de construção poderiam implicar a ocupação de uma pequena faixa de terrenos municipais em frente à Escola Secundária do Lumiar, onde a Câmara teria projectado um jardim de infância. -----

----- Sobre essa matéria desejava que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse, nomeadamente no que se referia à criação de uma equipa técnica para elaborar um plano de pormenor, sob supervisão da autarquia, que permitisse alterar o PDM mas não permitisse naquele local qualquer urbanização, ultrapassando-se, assim, as objecções que sobre o projecto se colocavam actualmente. -----

----- Uma outra questão tinha a ver com a escola n.º 13. A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto reuniu ontem com a Associação de Pais, que com a Comissão partilhara as suas preocupações relativamente ao futuro dessa escola, em Campolide. Segundo a Associação de Pais, o que aliás era confirmado por um officio da Junta de Freguesia de Campolide, em Fevereiro tiveram uma reunião com o Gabinete da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, na qual a Câmara se teria comprometido a garantir a transferência dos alunos da escola n.º 13 para a escola n.º 23, numa situação meramente transitória, ou seja, enquanto durassem as obras recomendadas pelo relatório técnico. -----

----- Porém, num officio posterior, assinado pela Sra. Vereadora e com data de 27 de Maio, era referido que a escola n.º 13 encerraria em Junho de 2003, mas sem qualquer referência ao futuro do edifício, pelo que a sua pergunta era no sentido de saber que destino seria dado ao edifício depois da conclusão das obras que o relatório técnico aconselhava, isto é, se se manteria ou não como escola n.º 13. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que escusava de se referir à questão da Autoridade Metropolitana de Transportes porque, de facto, esta era já a terceira informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia que referia a incapacidade do Governo para resolver aquela que era uma das questões prementes da Área Metropolitana de Lisboa, inclusivamente da Cidade de Lisboa. -----

----- Devido à exiguidade do tempo, em termos de actividade da Câmara desejava referir, sobretudo, uma temática. Não podia, no entanto, deixar de dizer que lhes parecia importante que o Sr. Presidente da Câmara trouxesse ali o lado bom da cidade, o lado que os enchia de alegria, o lado da cor, dos perfumes, como eram as flores da

Av. da Liberdade, as Marchas Populares, a Moda Lisboa e os casamentos de santo António. Isso, efectivamente, não era *marketing* nem era *show off* porque de facto as pessoas casaram, os modelos desfilaram, os bairros marcharam, as flores floriram e, portanto, em princípio estariam, tendencialmente, contentes e felizes. -----

----- Mas o Bloco de Esquerda gostaria de trazer ali, sobretudo, o outro lado da cidade. Têm criticado a Câmara por falta de visão estratégica, uma ideia que espelhasse aquilo que pensava para a cidade. E queriam referir um dado que era conhecido de todos: Lisboa perdera mais de 100.000 habitantes na última década, estimava-se que haveria cerca de 40.000 casas devolutas, mas, no entanto, o número de alojamentos crescera perto de 10.000 unidades. Parecia um absurdo, mas a hipótese que encontravam para explicação era relativamente simples: em Lisboa, no essencial, ou se construía para os grupos sociais economicamente mais elevados, ou então para os realojamentos de famílias de áreas degradadas, porque no meio tinham quase um vazio. Era preciso que percebessem que era nesse meio que estava a grande maioria da população. -----

----- Mas o que os preocupava era que a permeabilidade social estava truncada na cidade, e o resultado era conhecido: de um lado tinham as habitações mais caras da Europa e, do outro, as áreas sociais tendencialmente segregadas. Ao mesmo tempo a cidade envelhecia, expulsava os mais jovens para os dormitórios das periferias suburbanas, e desertificava-se o miolo urbano, a parte mais central da cidade. -----

----- Era preciso ter claro que a erradicação das barracas foi um factor positivo, mas era preciso que tivessem também claro que a essa erradicação de barracas não correspondera uma cidade mais igualitária. Por estranho que pudesse parecer, e pelas razões que acabaram de referir, a cidade estava socialmente mais segregada, faltava-lhe o tal meio, faltava-lhe juventude, faltava-lhe mobilidade social. -----

----- Por isso, parecia-lhes que para além de todos os aspectos coloridos e perfumados que a cidade lhes trazia, era preciso que a Assembleia Municipal se debruçasse mais sobre o problema dos bairros sociais, que o Bloco de Esquerda considerava serem centrais na vida da cidade, no seu crescimento urbano. -----

----- De facto, a esmagadora maioria dos bairros de realojamento estavam marcados pelo estigma da segregação urbana, e esta apreciação não responsabilizava apenas a actual Vereação, obviamente era uma política de anos. -----

----- Portanto, nesta matéria teriam que dizer claramente que eram por um outro caminho: o da superação das actuais políticas de habitação social e o reinventar uma nova política social de habitação. Uma nova política que se dirigisse para os mais desfavorecidos obviamente, mas que também tivesse em conta as outras pessoas que precisavam de habitar a cidade e que lhe davam permeabilidade social. -----

----- Por outro lado, era também preciso ter em conta que esses bairros estavam sujeitos a uma lei que, apesar de não estar escrita, não era uma lei menos injusta ou menos terrível: era a lei da reprodução da segregação social nesses territórios tendencialmente guetizados. E por isso era urgente investir seriamente na abertura desses territórios à cidade, torná-los parte dela, requalificá-los, investi-los, investir nos espaços do nada. Era preciso estimular a mobilidade das famílias, criar mercados de habitação apoiados, envolver as cooperativas, as associações, os privados também

obviamente, nesse desígnio, e apostar em actividades económicas de proximidade, na formação, no trabalho comunitário, etc. -----

----- Efectivamente, tornava-se decisivo criar espaço público de qualidade, o parque municipal deveria ser profundamente remodelado nos próximos anos. Esse, a seu ver, era um desígnio fundamental que a Câmara deveria ter. Mas a Câmara também deveria dialogar com os moradores dos bairros sociais! Não podiam esquecer as intervenções feitas na Assembleia Municipal por moradores do Bairro da Flamengo e do Bairro do Armador, as preocupações em relação à Carris e ao encerramento das redes de transportes para esses bairros. -----

----- Não podiam esquecer também aquilo que se passava na Quinta do Loureiro, onde a população reclamou a abertura da piscina e ela foi aberta de facto, mas a Câmara não foi capaz de dialogar com os moradores sobre isso, pelo contrário retirara-lhes as faixas de lá e colocara um *outdoor* a dizer que a responsabilidade era da Vereação anterior. E essas faixas também diziam que era preciso abrir o centro de saúde que estava fechado há três anos, que por causa de 100.000 euros que se deviam não era aberto, e a população continuava a ter que ir a centros de saúde longe. -----

----- A terminar, disse que o Sr. Presidente da Câmara podia contar com o Bloco de Esquerda para a recuperação a sério do Parque Mayer, para o casino fora do centro da cidade, para um Parque de Monsanto mais usufruível, para um Terreiro do Paço para as pessoas, mas também teria que contar com o Bloco de Esquerda para a luta no sentido de inverter a segregação social dos bairros e para passarem a fazer cidade concreta nas áreas de habitação social. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que lhe pareceu entender das palavras do orador anterior que ele estaria a responsabilizar a actual gestão da Câmara pela desertificação da Cidade de Lisboa, quando essa lamentável questão não se arrastava há dez, como referira, mas sim há vinte anos. De facto, há vinte anos que Lisboa vinha perdendo um número alargado de habitantes, 100.000 nos últimos dez anos, 200.000 nos últimos 20 anos, fenómeno que pelos próprios números se verificava que vinha de há longos anos, e que a anterior gestão da Câmara em vez de resolver agravou, nomeadamente com as políticas urbanísticas que promoveu na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, era preciso que ficasse claro se queria assacar responsabilidades à actual gestão da Câmara, ou se, de facto, entendia que as responsabilidades iam muito atrás no tempo em termos de gestão da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que tinha sido claro ao dizer que não podia responsabilizar apenas o actual Executivo pelas políticas em relação à habitação e aos problemas relacionados com a desertificação da cidade, porque, obviamente, era uma política que vinha de anos atrás. -----

----- Agora, podia e devia responsabilizar o actual Executivo pela não inversão dessas políticas. Essa é que era a questão fundamental! Portanto, foi nesse sentido que sugerira ao Executivo o problema dos bairros, o problema da atracção para a cidade das camadas médias da população para permitir uma maior mobilidade social, de

modo a que esse caminho da desertificação, que era mau para a cidade, não continuasse. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que em matéria de agradecimentos à Câmara já iam pelo menos no terceiro em termos da implementação de medidas para facilitar os trabalhos. Um primeiro, mais singelo, assumido pelo actual Executivo em relação ao pagamento do estacionamento das viaturas dos Deputados Municipais presentes nas reuniões das Comissões, e este, muito mais significativo, que tinha a ver com a inauguração hoje ocorrida dos espaços próprios para cada um dos Grupos Municipais. Era uma reivindicação antiga das várias forças políticas que foi possível com a actual Câmara, e, portanto, não deixava de registar esta nota, à semelhança de outras forças políticas, não apoiantes deste Executivo, mas que o reconheceram por manifesta honestidade intelectual. -----

----- Também algum reconhecimento, pelo menos em termos institucionais, pelos convites formais para estarem presentes na bancada para assistirem às Marchas Populares, portanto uma representação institucional que no passado nem sempre aconteceu. -----

----- Disse, depois, que a presença do Sr. Presidente da Câmara nestes debates tinha a particularidade de ganhar sobre a apresentação ou a mera elencagem escrita do documento. O PCP insistia na crítica do índice da paginação, ele próprio também já tinha falado nisso e se calhar era oportuno, enfim, cada um lia o documento com a dimensão que lhe queria dar, mas, para todos os efeitos, era seu entendimento que havia duas notas importantes da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que não estavam plasmadas no texto da informação. -----

----- Uma, pela coragem demonstrada ao assumir claramente o reconhecimento de alguma apreensão política entre o Governo do País e a gestão autárquica, em termos de algumas medidas estruturais que podiam condicionar o desempenho, pelo menos o normal desenvolvimento da política municipal, ou dos instrumentos com reflexos nessa mesma política. -----

----- Outra, que lhe pareceu bastante importante se bem entendera das palavras do Sr. Presidente da Câmara, tinha a ver com uma questão que poderiam de algum modo qualificar como uma moratória a projectos de construção novos, o que era de uma extrema importância. Isso não estava ressaltado na informação escrita, nem teria que o estar, mas o que foi ali trazido hoje era de aplaudir porque ao não se pretender mais construção nova, para além daqueles processos que já entraram na Câmara, se estava a potenciar a reabilitação urbana. Era, de facto, uma medida de grande importância estratégica que ia precisamente de encontro a um esforço de reabilitação e renovação da cidade, em termos do seu parque habitacional. -----

----- Esta era uma nota que ressaltara da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que desejava sublinhar como sendo do mais significativo que ouviu. -----

----- Em relação à matéria escrita, disse que na introdução havia dez ideias essenciais que ressaltavam do desempenho do Executivo nos últimos dois meses. Desde logo, a apresentação da questão do Parque Mayer pelo Arqtº Frank Gehry, onde lamentava que as outras bancadas não tivessem ido, porque, possivelmente, poderiam ter

discutido algumas das questões que já hoje tinham sido suscitadas. Também o Centro de Atendimento ao Município instituído numa lógica de desburocratização efectiva e real, portanto uma medida de aplaudir. -----

----- Por outro lado, o facto de Lisboa ter ou não ter vocação para a questão dos transatlânticos, portanto para o turismo por via marítima, na altura deu-se algum desconto com o argumento que haveria algum fluxo em virtude do fenómeno EXPO, mas hoje não existindo já esse fenómeno viam que Lisboa, afinal, podia estar no roteiro do turismo transatlântico, portanto era também de realçar esse ponto. -----

----- Concluiu dizendo que nas intervenções dos outros partidos viu alguma unanimidade, agora extrapolando ele como o Deputado Municipal Dias Baptista fizera há pouco, mas, enfim, algum consenso em termos das iniciativas ali trazidas pelo Executivo. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que a questão que queria colocar tinha a ver com a moratória, ou seja, o Deputado Municipal Pedro Portugal lançara um desafio ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de, eventualmente, ser aprovada uma moratória no que respeitava a novos projectos de construção de habitação, e a questão que lhe colocava era se essa moratória teria efeitos agora ou, por exemplo, teria efeitos nos projectos que recentemente foram aprovados para o Benfica e para o Sporting. -----

----- Outra questão que desejava colocar ao líder do Grupo Municipal do PSD, era que aquando da aprovação do Orçamento para 2003 ele próprio tinha lançado um pedido ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de que era absolutamente essencial que as Juntas de Freguesia tivessem possibilidade de fazer protocolos para pequenas obras em habitações particulares, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que era uma matéria que merecia a pena ponderar e que certamente iria haver protocolos nessa área. Só que, passado que estava meio ano, ainda nada tinha acontecido. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que o que inferira da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e que referira como que uma moratória, tinha a ver com os projectos que viessem a dar entrada na Câmara no futuro. Foi esse o sentido da intervenção do Sr. Presidente da Câmara e também o seu. -----

----- Mas, de qualquer modo, o que fazia ressaltar era que se tratava de algo inovador em relação ao passado, em que tinham sempre um livro aberto de projectos a chegar a todo o momento. Alguns com mais atraso, outros com menos, era certo, alguns arrastavam-se dez ou doze anos, mas para todos os efeitos tinham sempre um livro aberto que agora lhes pareceu haver uma intenção de fechar para que efectivamente se apostasse na reabilitação. -----

----- Sobre a questão do protocolo com as Juntas de Freguesia, disse que não tinha abordado essa matéria, mas uma vez que colocara o problema dizia-lhe que julgava haver algum consenso em termos da necessidade de competências e meios para algumas intervenções por parte das Juntas de Freguesia nessa área. Esse era, aliás, o pensamento dos Presidentes de Junta da sua bancada, que, como líder, já lhe fizeram sentir essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que era a primeira vez que se dirigia ao Plenário, e depois de ano e meio de mandato esperaria, nesta sua primeira intervenção, poder fazer um balanço, que se não totalmente positivo, pelo menos algo agradável em relação às informações escritas que o Sr. Presidente da Câmara fornecia à Assembleia, de acordo com a lei. -----

----- É que, de facto, olhando para as informações escritas era praticamente inexistente qualquer informação relativamente à sua freguesia. E era inexistente porque, de facto, as obras não ocorriam, não ocorrendo não podiam constar e lamentava que assim fosse. -----

----- Efectivamente, apesar de ter insistido por diversas vezes em diversos problemas que afectavam a qualidade de vida dos seus fregueses, que também eram cidadãos da Lisboa, não verificava que tivesse havido resposta a esses problemas. Bastava olhar para uma obra que às vezes aparecia nas informações escritas do Sr. Presidente da Câmara, a da Rua Paio Peres Correia, que era uma obra para demorar dois meses e que, apesar da proposta de alteração que Junta apresentou e que a Câmara ao tempo aceitou, nada justificava que iniciada há quase um ano ainda não tivesse sido terminada. Aliás, há cerca de cinco meses que a rua estava interrompida ao trânsito e à população. -----

----- Esta era uma das poucas que aparecia! Por exemplo, em relação aos parques infantis tinha três na freguesia e dois deles foram recentemente encerrados por parte da Câmara. Ou seja, foram colocadas placas avisando que não podiam ser utilizados porque a Comissão de Vistorias foi lá e os encerrara, apesar da Junta ter chamado a atenção, desde o início do mandato, da necessidade de repor a legitimidade desses parques porque eles não obedeciam às regras estabelecidas no decreto-lei. A Junta disponibilizara-se para fazer a obra conjuntamente com a Câmara, a Câmara, depois de diversas diligências, comprometera-se com a Junta a executar a obra no início do corrente ano e o próprio ex-Vice-Presidente da Câmara, numa deslocação que fez à Junta, em Fevereiro, se comprometera a isso também. Mas, recentemente, apareceu a Comissão de Vistorias que pura e simplesmente encerrara os parques, pelo que dos três dois ficaram encerrados. Mas claro que não estavam encerrados, tinham uma placa da Câmara e uma fita que já arrancaram, porque os miúdos continuavam a servir-se dos parques com todas as consequências que isso acarretava. Isto, frisou, apesar da disponibilidade que a Junta de Freguesia manifestara em realizar as obras em parceria com a Câmara, ao abrigo dos protocolos. -----

----- Outro assunto grave para o qual solicitava também a intervenção da Câmara, e que não constava da informação escrita, era a questão da Av. Mouzinho de Albuquerque, onde no ano passado morreram “n” pessoas, e todos sabiam que a sinistralidade dessa artéria era imensa. Naturalmente os condutores não obedeciam às regras, ultrapassavam os limites de velocidade, e tudo o mais! Era verdade e todos sabiam disso! Agora, competia à Câmara tomar algumas medidas, coercivas e não só, medidas que condicionassem essa velocidade excessiva. No ano passado, após a morte de um munícipe, em diligências com a Câmara conseguiram colocar as lombas e foi

então prometido que seria feita a semaforização da avenida, proposta que fizeram também no início do mandato, estavam já lá colocados os elementos estruturantes para a avenida ser semaforizada, mas o que era um facto é que a avenida continuava por semaforizar e na semana passada morrera mais um munícipe numa passadeira. -----

----- Portanto, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que fosse resolvida esta questão urgentemente para se evitarem novas mortes. Esperava ver na próxima informação escrita a resolução desse problema. -----

----- Continuando, disse que havia muitas outras coisas na freguesia que gostaria de ver concretizadas, nomeadamente a obra do Baluarte e a construção da nova sede da Junta de Freguesia. Aliás, a construção da nova sede não era só por ser uma exigência da Junta, mas também porque enquanto não fosse construída a nova sede não podia haver ligação do nó das Olaias à Praça Paiva Couceiro, isto é, aquilo que era considerado o acabamento da primeira fase do Plano do Vale de Chelas que, aparentemente, estava pago e deveria ter sido concluído. -----

----- Por fim, disse que percebia que para algumas dessas questões o Sr. Presidente da Câmara não tivesse uma resposta directa ou eventualmente as não acompanhasse, mas a responsabilidade política essa teria que ser sempre sua. E, de facto, a conclusão dessas obras naturalmente daria melhor qualidade de vida aos munícipes da Freguesia de São João e proporcionaria outras soluções de cidade para todos. -----

----- **A Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, referiu que como residente na Freguesia de São João há 30 anos se sentia bastante habilitada para fazer a pergunta que ia fazer ao orador anterior. -----

----- Disse, então, que certamente o Presidente da Junta de Freguesia de São João desconhecia outras questões que existiam na freguesia, mas em relação à Rua Paio Peres Correia não devia desconhecer que havia lá prédios degradados e baldios onde foram construídos novos espaços habitacionais. Mora mesmo em frente, na Av. Afonso III, e aquilo fazia um arco teve que ser fechado devido à volumetria que tinham esses prédios, como houve que fazer diversas obras como colocação de condutas de água, de gás, etc. Portanto, teve que ser tudo remodelado. -----

----- Ora, atendendo ao volume da obra, o Presidente da Junta de Freguesia de São João deveria tomar mais atenção ao que se estava a passar, porque não era há seis meses que a rua estava fechada mas sim há sensivelmente mês e meio a dois meses. ---

----- E, quanto a si, o Presidente da Junta de Freguesia de São João deveria tomar em atenção outros assuntos que no anterior Executivo não foram tidos em conta, nomeadamente o Forte de Santa Apolónia e o prédio degradado na Rua do Forte de Santa Apolónia. Isso é que deveria ser a prioridade do Presidente da Junta quando interpelara o Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que relativamente à Rua Paio Peres Correia o que referiu foi cerca de cinco meses, não tendo precisado o tempo exacto. Aliás, já foram duas interrupções e a soma das duas é que dava efectivamente esse tempo. Mas o problema da Rua Paio Peres Correia era

uma questão de esgoto que já era conhecido da Câmara quase há ano e meio. Na altura previa-se uma intervenção em que duraria 15 dias a interrupção da rua, mas o que era facto é que a rua continuava intransitável há cerca de cinco meses. De um problema de esgoto passou-se para outro problema, mas havia mecanismos para resolver esses problemas de forma mais rápida, e ultimamente o que se vinha verificando era a deslocação de terras de outras obras, paralelas à Rua Paio Peres Correia, para aquela zona, e era inadmissível que a Câmara permitisse que isso acontecesse. -----

----- Sobre o Baluarte de Santa Apolónia, disse que a Junta já fez inúmeros ofícios à Câmara. Era o único Baluarte, com aquela dimensão, em pé na Cidade de Lisboa! Era património que devia ser preservado, havia um projecto na Câmara que devia ser executado, desde o início do mandato que propuseram à Câmara Municipal de Lisboa que fizesse essa obra, mesmo de forma faseada porque sabiam que era uma obra cara, porque já na altura, segundo dados fornecidos, custaria de 400 a 500 mil contos. -----

----- Por outro lado, que se resolvesse o problema das dezenas de moradores do prédio Concorde, que continuavam em situação ilegal. Como se sabia ele foi criado no tempo do Engº Nuno Abecasis e ainda não estava resolvido, com pena de todos os munícipes.

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, disse que em relação à informação escrita iria referir dois aspectos: a cultura e a intervenção social. -----

----- Relativamente à cultura, disse que se referia que havia uma continuidade de programação dos teatros municipais S. Luiz e Maria Matos, e efectivamente essa programação tem sido uma programação de qualidade, mas era uma programação vocacionada para quem já gostava e tinha hábitos de ir ao teatro. Um projecto que existia no anterior Executivo, em que o Teatro Maria Matos era utilizado para estimular o gosto nas crianças pela ida ao teatro, havia companhias de teatro infantil que, mediante protocolo que existia entre essas companhias e a Câmara, faziam espectáculos vocacionados para as escolas, desde os jardins-de-infância até ao 2º ciclo. Isso não se via referido na informação e, que soubesse, se houve alguma dessa programação foi apenas durante um ou dois meses. E o gosto pelo teatro era um gosto que se ia adquirindo desde criança, não era de adulto que se adquiria o gosto pelo teatro, pela música e pelas artes. -----

----- Ainda em relação à cultura, disse que não via ali referenciado o Autocarro Cultural, que era um autocarro que, com diversas programações, também estava vocacionado para os alunos desde o 1º ao 12º ano em visitas temáticas. Funcionava igualmente esse Autocarro Cultural algumas vezes vocacionado para os professores, mas também nada foi feito. -----

----- Disse que se estava agora a referir a esses dois projectos, quer do teatro, quer do Autocarro Cultural, era porque estavam em final do ano lectivo e talvez fosse possível que esses projectos, no próximo ano lectivo, fossem postos no terreno. -----

----- Por outro lado, também não eram referidos apoios a iniciativas culturais das Juntas. Todos sabiam que as pessoas dos Executivos das Juntas eram os membros autárquicos que estavam mais próximos da população, e pessoalmente sabia de Juntas

que tinham projectos culturais muito válidos, alguns dos quais tiveram que ser postos de parte por não haver qualquer apoio por parte da Câmara. -----

----- Seguidamente, disse que a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura solicitara à Sra. Vereadora a marcação de uma reunião para se falar de um espaço para o Coral Lisboa Cantate, que era um grupo coral com sede na Rua do Salitre, 192 – 1º, em instalações muito degradadas que não permitiam que o grupo continuasse a ensaiar. Sabiam que membros da Direcção do grupo já pediram uma reunião à Sra. Vereadora mas não obtiveram resposta, o Presidente da Junta de São Mamede solicitou também uma reunião e não obteve resposta, e também a Comissão solicitara uma reunião e igualmente não obteve resposta. -----

----- Passando à intervenção social, disse que se tratava de uma área que a Comissão tem acompanhado muito de perto, e mais uma vez era uma área em relação à qual as informações dadas pecavam por defeito, já que havia uma série de projectos que a Comissão tem acompanhado e que não estavam referidos na informação. -----

----- Por exemplo, perguntava qual a razão porque sendo a Câmara a fazer o acompanhamento do Centros de Acompanhamento Temporário dos sem-abrigo de Xabregas e da Graça, o de Xabregas gerido pelo Exército de Salvação e o da Graça pela AMI, porque era que não estava ali referenciado o acompanhamento que a Câmara fazia do Centro de Acolhimento da Rua Gualdim Pais, gerido pela VITAI. Já em 29 de Abril a isso se tinha referido, mas mais uma vez isso não era mencionado na informação. -----

----- Em relação aos sem-abrigo, sugeri que essas pessoas começassem a ser ocupadas e até tivessem formação durante o dia, porque sabiam que elas iam para os centros de acolhimento ao princípio da noite, tinham que sair ao princípio da manhã e durante todo o dia ficavam deambulando pelas ruas, muitas vezes sujeitas a violências praticadas por pessoas com abrigo. -----

----- Porque não dar-lhes uma formação profissional? Sabiam que no Centro de Acolhimento da Rua Gualdim Pais, mais propriamente a Associação VITAI estava vocacionada para poder dar alguma formação profissional aos sem-abrigo. E quando falava dos sem-abrigo gostava que não se confundisse isso com toxicodependentes, porquanto eram duas vertentes completamente diferentes. E essas pessoas sem abrigo, muitas delas obrigadas a deixarem de ter casa, um tecto para dormir, porque não dar-lhes uma formação profissional. -----

----- Disse, depois, que estavam no Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, e em relação à pessoa com deficiência perguntava para quando a sensibilização, nomeadamente das Juntas de Freguesia, para a eliminação das barreiras arquitectónicas. Porque não, nos parque de estacionamento da EMEL, haver lugares para viaturas conduzidas por pessoas deficientes? Porque não, nos parques junto de serviços públicos, de cinemas, de teatros, etc., existirem esses lugares? Eles, de facto, existiam em parques subterrâneos mas em parques de superfície não existiam, ou, se existiam, pessoalmente nunca os viu em parques geridos pela EMEL. -----

----- Por outro lado, questionava também qual a razão porque não eram criadas regras para a colocação de pilaretes. Verificava-se que Lisboa estava cheia de pilaretes,

qualquer dia era a “cidade dos pilaretes”, mas constatava-se que de freguesia para freguesia não só mudavam os modelos dos pilaretes como a filosofia de colocação desses mesmos pilaretes, pelo que sugeria que se experimentasse fazer um exercício, que há bem pouco tempo tinha sido posto em prática em Cascais, que era as pessoas vendarem os olhos e tentarem andar na rua. -----

----- Por fim, disse que desejava ser informada sobre como estava o projecto de combate à prostituição no Parque de Monsanto, e se era intenção da Câmara alargar esse mesmo projecto a outros locais da cidade. -----

----- **O Senhor Presidente**, esgotadas que estavam as quatro horas de duração da reunião, submeteu à votação, nos termos regimentais, o seu prolongamento por mais uma hora, tendo a Assembleia deliberado aprova-lo, por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que normalmente começava a sua intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos por, em função daquilo que era a verdade e a realidade da acção do trabalho da Câmara, elogiar o trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos seus Vereadores em prol da Cidade de Lisboa. Mas, hoje, dificilmente o faria melhor que o fizeram alguns Deputados Municipais, nomeadamente o Deputado Municipal Dias Baptista, a quem agradecia e sensibilidade e a coragem demonstradas em termos de dizer aquilo que sentia e que era a verdade do trabalho do Executivo. -----

----- De facto, a leitura da informação escrita, nomeadamente as suas primeiras páginas, davam a ideia que havia uma dinâmica diferente, que havia uma força diferente, que havia algo que efectivamente estava a transformar, de maneira viva e sentida, a cidade. Esse era um reconhecimento que estava certo que todos os lisboetas acabariam por ter, e também esperava que a Assembleia o tivesse como já foi, aliás, demonstrado. Não esperava que o Partido Comunista o fizesse, porque era saudosista, retrógrado, conservador, Velho do Restelo, como já viram tudo o que era inovador fazia-lhe muita confusão, e, portanto, admitiam que o Partido Comunista dificilmente poderia vir a reconhecer o meritório da acção do Executivo e o meritório da imaginação e da capacidade de acção do Presidente da Câmara, por força daquilo que era a própria constituição, a própria forma e as forças intrínsecas que no PCP existiam, que eram retrógradas, conservadoras, do vota-abaixo, enfim, que eram de alguma forma contra a evolução e a civilização. -----

----- Disse, depois, que tinha também que agradecer à Câmara a abertura dos espaços para os Grupos Municipais, porquanto já no mandato anterior pugnara por isso chegando mesmo a apresentar uma recomendação que foi rejeitada pela maioria de então. Pela dignidade que esses espaços tinham, como tiveram oportunidade de ver, era de agradecer, como aliás já todas as forças políticas o fizeram, a intervenção que a Câmara e naturalmente a Mesa da Assembleia tiveram nesse sentido. Que fossem utilizados de forma útil para o trabalho dos partidos e da Assembleia, em prol da população de Lisboa, era o que esperava. -----

----- Seguidamente, disse que queria chamar a atenção para um aspecto constante da informação escrita, que, na sua opinião, era de ressaltar. Referia-se, na parte da informação ligada ao turismo, a elaboração de estudos estatísticos sobre hotelaria,

quantificação analítica de dormidas e hóspedes, segundo a classificação de estabelecimentos hoteleiros, e os mercados turísticos mais significativos da cidade, como formas de apoio a acções de promoção e prospecção de mercados. De facto, eram estudos importantes saber exactamente qual era o tipo de turismo que tinham, quer quantitativamente, quer qualitativamente, mas já tinham um instrumento, que estava ligado à Associação de Turismo de Lisboa – o Observatório do Turismo – que tinha essa função. -----

----- Daí perguntar ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro se de facto não havia ali uma duplicação de acção, ou seja, se a Câmara não estaria a fazer um trabalho que também era feito pela Associação de Turismo de Lisboa, através do Observatório do Turismo, que, como se sabia, tinha uma capacidade enorme em termos financeiros, não só por força das dotações que a Câmara lhe transferia mas também pela contratualização que conseguira obter da promoção turística vinda do ISEP, e, portanto, era um poderoso instrumento de análise e de promoção turística da cidade e de toda a Região de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que registara a insatisfação do Sr. Presidente da Câmara quanto aos atrasos que se verificavam, por parte do Governo, no tocante ao cumprimento de promessas e justas reivindicações das autarquias e das populações. Mas, se era justa essa insatisfação por parte do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara também deveria aceitar que ele, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, se sentisse insatisfeito quanto a algumas preocupações que ali vinha trazendo, nomeadamente quanto a um conjunto de lotes de habitação municipal, no Bairro do Condado, em que as obras se encontravam suspensas mas com os andaimes colocados, o que iria criar grandes dificuldades no período de férias que se aproximava, já que eram autênticos escadotes para possíveis assaltos. -----

----- Daí perguntar para quando o retomar dessas obras, suspensas há já oito ou nove meses. -----

----- Disse, depois, que a Câmara procedera, e bem, ao realojamento de algumas dezenas de famílias que viviam no Beco das Taipas, faltando neste momento resolver o problemas de três famílias e de dois comerciantes que ainda lá se encontravam. No entanto, chegara ao conhecimento da Junta, e ontem foi confirmado, que alguns senhorios estavam a proceder a obras de recuperação das mesmas habitações de onde a Câmara realojara as pessoas, e estavam a fazer novos contratos de arrendamento pedindo às pessoas trinta, quarenta ou mais contos de renda por mês. Ou seja, estavam perante um autêntico “negócio da China”, a Câmara realojara as famílias e agora os senhorios apanharam as casas vazias e voltavam a ocupar as casas com novos contratos, o que significava que a Câmara, quando quisesse implementar alguma solução naquele bairro, iria ter que realojar novamente as famílias que lá estavam. A solução, quanto a si, só poderia ser a Câmara intimar os senhorios a demolir ou a emparedar essas habitações, e, se o não fizessem, ser a Câmara a fazê-lo enviando-lhes depois as respectivas facturas. -----

----- Recordou que no ano passado colocou ali um problema relacionado com o projecto para os Passeios de Verão, a que a Sra. Vereadora dera o nome de “Lisboa Feliz”, tendo as freguesias na altura contestado essa decisão da alteração do nome, mas o facto era que este ano continuava a designação “Lisboa Feliz”. Enfim, cada um tinha a felicidade que merecia, mas a questão que queria colocar era que solicitou o regulamento desses passeios, que depois lhe foi enviado pelos serviços, e viu nele um conjunto de deveres e direitos que eram imputados às freguesias. Ora, como ele e muitos outros Presidentes de Junta que consultara não foram tidos ou achados na feitura desse regulamento, desejava saber com quem tinha sido discutido o regulamento, se é que tinha sido discutido com alguém. -----

----- Esta pergunta, segundo disse, não significava, de maneira nenhuma, que as freguesias estivessem indisponíveis para participar no projecto, antes pelo contrário estavam disponíveis para participar, mas gostariam de ter tido uma opinião em termos de futuro. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, disse que queria que Sr. Presidente da Câmara desse uma informação sobre os terrenos que tinham sido cedidos às cooperativas sediadas em Marvila, cuja cedência depois foi cancelada, porque os cooperantes gastaram já muito dinheiro em projectos. Na última reunião da Assembleia de Freguesia de Marvila eles puseram a sua situação, que era dramática porque não eram pessoas ricas, tinham até muitas dificuldades e tinham que fazer muitos sacrifícios para conseguir comprar uma casa através de uma cooperativa, e nesta altura não sabiam quem os indemnizava do investimento que já fizeram nos projectos. -----

----- Portanto, pedia que o Sr. Presidente da Câmara a informasse porque na próxima semana tinha uma reunião da Assembleia de Freguesia, e porque foi aprovada uma moção nesse sentido queria nessa altura estar habilitada a informar o que se passava, quer aos cooperantes, quer aos eleitos da freguesia. -----

----- Disse, ainda, que tinha gostado muito das Marchas Populares, mas lastimava que os eleitos da Assembleia Municipal não tivessem tido convite para irem ao pavilhão. Sempre tiveram, mas desta vez só tiveram para a avenida. -----

----- A terminar, lembrou que o Sr. Presidente da Câmara, na última reunião, tinha prometido dar-lhe o número do telefone do seu gabinete para lhe poder participar a localização de carros abandonados, mas como ainda lho deu pedia-lhe que o desse agora. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria fazer cinco referências a outras tantas questões que lhe pareciam importantes e emblemáticas relativamente ao conjunto da actividade da Câmara Municipal, e que eram apresentadas na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- A primeira, referida de forma sintética mas que lhe parecia importante, resultava do aprofundamento e do amadurecimento de uma ideia fundamental para a Cidade de Lisboa, para além de ser uma promessa que estava já a ser cumprida, que era o Parque Mayer. De facto, o Parque Mayer era um processo que vinha sendo discutido como poucos na Cidade de Lisboa, estava amadurecido e a ser concretizado. Era um

fundamental complexo para a cidade, era o ressuscitar de uma zona tão importante e com tanta história para os lisboetas, pelo que nunca seria demais acentuar esse sucesso na concretização de uma ideia fundamental para Lisboa, que era o projecto protagonizado pelo Arqtº Frank Gehry que iria devolver àquela zona da cidade todo o esplendor de outrora, que os mais novos já não tiveram oportunidade de conhecer. ---

----- A segunda questão tinha a ver com as Marchas Populares, porque para quem ainda no ano passado receava, infundadamente, o fim de uma tradição antiga da cidade, importava referir o sucesso que esse evento teve este ano e, naturalmente, felicitar a Marcha da Bica pela sua vitória no concurso deste ano das Marchas Populares de Lisboa. -----

----- A terceira questão tinha a ver com o que se estava a passar na Av. da Liberdade, que por quem quisesse denegrir o trabalho da Câmara poderia ser apresentado como algo superficial, mas que realmente era fundamental pois a Av. da Liberdade, que o Sr. Presidente da Câmara referira como a avenida mais importante da cidade, neste momento atrevia-se a dizer que era a avenida mais bonita da Europa. Por isso os seus parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, porque, efectivamente, sabendo-se das muitas e bonitas cidades que existiam pela Europa, Lisboa tinha seguramente a avenida mais bonita de todas elas. Portanto, era de esperar que isso se mantivesse para que a Av. da Liberdade se tornasse num emblema da Cidade de Lisboa. -----

----- A quarta questão era uma referência à Feira do Livro para assinalar o sucesso que teve, que pessoalmente pôde verificar nas várias vezes que visitara, uma feira que ia aumentando na qualidade que parecia ter estagnado há alguns anos, mas que parecia ir agora progredindo na qualidade dos serviços que oferecia. -----

----- A quinta e última questão tinha a ver com a revitalização do Parque de Monsanto, porque a reanimação, a limpeza e o conjunto de actividades que lá estavam a ser realizadas, significavam que finalmente o Parque de Monsanto foi devolvido aos lisboetas, sem os problemas que outrora lá ocorriam. -----

----- Seguidamente, disse que depois de ter feito referência a cinco questões que lhe pareciam de grande sucesso e que ilustravam bem o trabalho da Câmara, desejava chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara para duas situações, que estava certo estariam no âmbito das suas preocupações, e para as quais desejava ouvir alguns esclarecimentos. -----

----- Era o caso da Praça de Touros do Campo Pequeno, situação que já se arrastava há bastante tempo, que vinha privando todos quantos gostavam da festa dos touros, como também todos os que visitavam Lisboa têm sido privados de poder usufruir daquele espaço, um espaço que lhe parecia importante em termos complementares na oferta de atracções de lazer na cidade, e que ainda não sabiam quando estaria pronto, nomeadamente havia algumas paragens que lhe pareciam preocupantes. -----

----- Por outro lado, quase em frente, tinham a Feira Popular, questão em relação à qual era importante saber quais os planos e projectos que havia, quer para o espaço, quer para a actividade aí desenvolvida, que lhe parecia carecer de uma renovação profunda e estava certo que seria esse o objectivo da Câmara. -----

----- A terminar, disse que alguém ali fez referência à falta de uma ideia de cidade, e sobre isso queria referir que todas as apresentações e intervenções do Sr. Presidente da Câmara, e muito em particular esta informação escrita, davam bem a ideia, para quem quisesse entender, que, de facto, existia uma ideia para a Cidade de Lisboa, porque era fundamental retomar o orgulho de ser lisboeta, retomar o orgulho na cidade e nos equipamentos que ela oferecia a quem a visitava. Era isso que faltava à cidade, que se vinha degradando pouco a pouco, mas, finalmente, tinham uma cidade que estava a ser revitalizada com o objectivo de se puderem novamente orgulhar dela.

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, começou por saudar a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa porque, embora tardiamente, o bom-senso imperara e conseguiram resolver alguns casos, se bem que não a totalidade, do Bairro das Galinheiras.-----

----- Contudo, já o bom-senso do Comandante da Polícia Municipal, Comissário André, não podia louvar, pelo contrário era de criticar ferozmente porque esse senhor não tinha condições para fazer o trabalho que estava a fazer, da forma como o estava a executar. -----

----- Depois, disse que o Parque de Monsanto não era o único espaço verde da cidade. Já ali tinha ouvido falar várias pessoas sobre o Parque de Monsanto, mas esperava que se lembrassem que o segundo maior espaço verde da Cidade de Lisboa era o Parque Periférico que abrangia três ou quatro freguesias, e uma grande parte da Freguesia da Ameixoeira não tinha nada feito, rigorosamente nada. Portanto, em termos de espaços verdes parecia-lhe que a prioridade estava a ser um bocadinho discriminatória e não podia deixar passar isso em claro. Repetidamente tinha ali levantado esse problema, portanto não podiam só gabar-se das coisas que faziam bem mas também assumir que tinham algumas pedras no sapato, e bastante grandes. -----

----- Por outro lado, desejava perguntar qual a razão porque estavam quase no final do mês de Junho e as Juntas não receberam ainda as fichas de inscrição para a acção Praia-Campo das crianças, porque as pessoas iam perguntando mas nada podiam fazer porque ainda não tinham as fichas. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o Partido Socialista já tinha esgotado o tempo de intervenção, mas ia dar a palavra à Deputada Municipal Irene Lopes com tempo cedido pelo CDS-PP. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, disse que queria fazer dois apêlos ao Sr. Presidente da Câmara. Não podia, por falta de tempo, regozijar-se com várias coisas que estavam na informação, não podia apelar a várias outras que gostaria que fossem feitas, mas havia uma que preocupava a sua freguesia como também todas as outras, pelo que um primeiro apêlo ao Sr. Presidente da Câmara era que tivesse um empenho especial junto dos serviços de Higiene Urbana e de Resíduos Sólidos relativamente à questão dos dejectos caninos. É que estavam no período de renovação do licenciamento de canídeos e gatídeos nas Juntas de Freguesia e, na sua freguesia como por toda a cidade, constatavam que o problema dos dejectos caninos era uma coisa incrível. Já contactaram a Direcção Municipal da Higiene Urbana no sentido de que fosse

aproveitada esta época para se fazer uma acção de sensibilização junto da população, mais uma, tendo em conta quão desagradável isso era para os peões, para quem visitava a cidade e os problemas de saúde que tudo isso podia trazer. -----

----- Nada conseguiram, mas via agora na informação escrita que estava a ser preparada, em colaboração com a Ogyly Oan e a Faculdade de Medicina Veterinária, uma campanha publicitária relativa aos dejectos caninos, e esta, na sua opinião, era uma boa altura para que essa campanha fosse realizada. -----

----- Disse que a Junta, com as suas parcas possibilidades, conseguiu fazer um folheto em colaboração com uma moradora que era veterinária e com a Bayer, que foi distribuído por todas as caixas do correio, adquirindo a Junta *kits* para que durante o período de licenciamento fossem oferecidos, sensibilizando também as pessoas que tinham animais sem registar que os registassem, porque em Santa Catarina como em toda a cidade havia inúmeros animais que não estavam registados, e o facto de estarem registados implicava que pelo menos estivessem vacinados. -----

----- Este era um problema que exigiria que a própria Câmara interviesse a nível dos meios de comunicação social mais amplos, nomeadamente a televisão. -----

----- Aliás, havia coimas nesta matéria, e a Junta, no seu panfleto, dizia isso mesmo: que havia coimas pelo facto dos animais não estarem registados e também por as pessoas não apanharem os dejectos. Só que não sabiam quem aplicava essas coimas, se a Polícia Municipal ou a Polícia de Segurança Pública. Portanto, para além da sensibilização, era preciso também actuar exemplarmente nessa matéria. -----

----- Por fim, disse que era ridículo mas era verdade, a Junta já tinha oficiado à EPAL para ver se conseguia reparar uma rotura que havia na Rua do Século, junto da Academia das Ciências, um pouco abaixo do Tribunal Constitucional, zona que sistematicamente estava toda inundada e criava grandes problemas aos transeuntes e às pessoas que ali moravam. O certo é que a EPAL ainda não arranjava pelo que apelava ao Sr. Presidente da Câmara que pedisse à Administração da EPAL que se dignasse reparar essa rotura que era uma autêntica piscina. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Sacramento, no uso da palavra, começou por dar os parabéns ao Executivo porque, passados mais de 10 anos o Edifício Leonel, no Chiado, danificado pelo célebre incêndio, finalmente tinha o processo concluído e lançada a obra, como previsto e como se podia ver na Unidade de Projecto da Baixa-Chiado. -----

----- Depois, disse que gostava de saber, se o pudessem informar, como estava ou como ficou a passagem superior do Elevador de Santa Justa, e lembrou o problema dos arqueólogos quanto aos achados históricos que houve naquela zona, e também a população que estava há mais de 10 anos privada do acesso facilitado ao Largo do Carmo e a toda a colina pombalina. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que na nota introdutória da informação escrita, referia o Sr. Presidente da Câmara que vinha dar conta daquilo que realizara nos últimos dois meses, e porque esse deveria ser o objectivo único da informação era o que esperavam que fizesse. Mas não foi isso que fez pelo que não podia deixar de fazer algumas correcções a essa afirmação. -----

----- A primeira, era que mais do que dar conta do que fez, vinha mais uma vez fazer acusações à anterior coligação, procurando fazer dela bode expiatório das suas incapacidades, quando dizia que Lisboa precisava de fugir aos marasmos do passado, sobretudo porque, ao contrário do que dizia, foi a coligação de esquerda que conseguira modernizar a cidade fazendo-a recuperar dos atrasos estruturais em que a gestão CDS/PSD a tinha deixado. -----

----- A segunda correcção, era que mais do que dar conta do que fez, vinha mais uma vez, fundamentalmente, falar dos projectos chamados emblemáticos os quais estavam bem longe de ser concretizados. Era o caso do projecto a que chamava fantástico, do Arqtº Frank Gehry, que ainda não passara de projecto e que talvez não chegasse mesmo a concretizar-se no presente mandato, mas que enchia todos os dias as páginas dos jornais. -----

----- Por outro lado, era também o caso do regresso do Parque de Monsanto ao convívio dos lisboetas, em relação ao qual perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se achava mesmo que eles já teriam regressado ao convívio nesse bonito parque. Mas era o contrário do que afirmava, apesar das tentativas desesperadas que fez chegando mesmo a proibir a realização de uma manifestação desportiva com o objectivo de forçar a que ela se realizasse em Monsanto. E, de resto, esquecia intencionalmente o trabalho já feito pela coligação de esquerda no sentido de reanimar esse parque. -----

----- Era o caso, ainda, do projecto do Terreiro do Paço que foi uma das praças nobres da cidade reabilitadas pela anterior coligação, quando dizia que continuava a negociar a saída dos Ministérios. -----

----- Mas eram tudo intenções e projectos que vinham do início do mandato, mas que até agora pouco avançaram! -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara destacava ainda como obras importantes a criação dos Serviços Sociais e Centro de Lazer e Terceira Idade. Mas atente-se no que dizia sobre ela: “uma obra pouco visível mediaticamente, não é *show off*” e era significativo que tivesse tido necessidade de fazer essa afirmação. Não seria isso um acto falhado procurando, neste caso, negar as suas motivações mas implicitamente confirmando-as nas restantes? Isto é, a ressalva que essa obra não era *show off* poderia levá-los a concluir que as outras obras citadas o eram. Era isso Sr. Presidente da Câmara? -----

----- É que a nota introdutória tinha muito *show off* e muito pouco trabalho realizado, porque pouco foi feito nos últimos dois meses. -----

----- Por fim, numa terceira correcção, disse que certamente por lapso havia uma sobreposição temporal na informação relativa ao período de 1 a 15 de Abril, pois a última informação escrita já abrangia esse período. -----

----- Quanto à informação escrita propriamente dita, disse que era um documento bastante confuso que deixava muito a desejar. Havia um profundo desequilíbrio entre o que era informação relevante e o que deveria ser levado ao conhecimento dos Deputados Municipais. -----

----- Mas havia dois factos de extraordinária importância: o que se referia em relação ao desporto, em página e meia, era muito pouco, apenas uma lista de apoios que a Câmara concedeu. E também nada se dizia sobre as empresas municipais. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por aludir à questão do arranjo floral da Av. da Liberdade e dos 11 milhões de euros que foram referidos, dizendo que essa verba era absolutamente surreal. Mas como estavam perante uma questão legalidade, perguntada ou insinuada, aliás por um órgão de comunicação social que até pôs em primeira página o respectivo arranjo, desejava dizer que não havia nenhuma ilegalidade e que a informação não tinha sido completa. -----

----- O arranjo não foi levado a cabo pela Câmara mas pela empresa responsável pela realização das Festas, a EGEAC, no espaço público com a autorização da Câmara, mas foi a mesma EGEAC que, no cumprimento da legislação sobre o fornecimento de bens e serviços, cumprira aquilo que estava preceituado na lei. E a lei dizia nesta matéria que quando havia duas componentes, empreitada e aquisição de bens e serviços, era a valência que tinha predominância que determinava a natureza do regime aplicável, e, neste caso, sendo predominante o custo havido com o fornecimento de bens não se aplicava a regra da exigência do concurso público. -----

----- Isso foi devidamente conferido, para defesa do Departamento Jurídico, por juristas externos, foram feitos os devidos procedimentos pela EGEAC, portanto esses órgãos de comunicação social, que estavam sempre atentos como estiveram no passado a todas as obras feitas na cidade, por exemplo pelo Metro, no Rossio, e noutros sítios, e que noticiaram sempre em primeira página esses factos, a falta de concurso ou a falta de respeito pelos procedimentos legais, obviamente desta vez poderiam estar também descansados porque foi tudo conferido devidamente, e esta obra seria paga este ano e as outras dos outros anos ainda estavam por pagar porque, como era sabido, ainda faltava cerca de um milhão de contos pelo menos nessas duas.

----- Sobre o Parque de Monsanto, disse que gostaria de dar razão ao que ali foi dito, só que iam ainda para o terceiro fim-de-semana. Compreendia que as pessoas tivessem uma grande expectativa, por exemplo o Deputado Municipal Martinho Baptista falara também nisso e esperava que tudo corresse logo bem naquilo que a Câmara fazia. Mas a Câmara não tinha essas expectativas tão altas! Aquilo que fazia admitiam que gradualmente produzisse excelentes resultados, mas compreendia que tivesse sentido alguma frustração. -----

----- Disse que pessoalmente tem acompanhado o processo, em termos de adesão de público entendia que ainda não foi fantástico, era nos parques onde já era antes, mas nas ruas que estavam fechadas estava a ponderar se havia exagero ou não. Ouvira as opiniões dos Deputados Municipais, esteve lá o fim-de-semana passado e viu na via de circulação que ia para a rotunda da Cruz das Oliveiras que os transportes públicos estavam a circular em pleno e os carros privados também. -----

----- Sobre a questão de acesso ao parque do Alvito, disse que não tinha percebido muito bem o que disse o Deputado Municipal Dias Baptista, mas os carros não levavam meia hora a dar a volta. É que se viessem por baixo, pelo Alvito, poderiam ir até ao parque, e se fossem até ao campo de ténis iam pelo outro lado, pela entrada principal do Clube de Ténis e tinham também acesso. Aliás, o parque de estacionamento do Alvito estava completamente cheio no passado fim-de-semana, portanto as pessoas podiam estacionar lá. Agora, o que era preciso era mais informação, porque era evidente que muitas pessoas iam pela auto-estrada e queria ir directamente por aquela via até ao parque do Alvito, mas se queriam ir para o parque ao fim-de-semana teriam que saber que tinham acesso pelo lado de Alcântara. Isso era normal, demoravam cinco minutos, bastava que em vez de irem pela auto-estrada fossem por baixo. -----

----- De igual modo no que dizia respeito ao Bairro da Serafina! As pessoas tinham acesso ao bairro, tinham acesso ao Clube de Tiro de Monsanto, tinham acesso à prisão e às instalações militares, portanto procuravam que não houvesse exagero. -----

----- Agora, ainda não havia a devida utilização dos passeios a cavalo, de charrete ou mesmo de bicicleta, mas isso viria com o tempo, com a informação e com o hábito porque as pessoas ainda não estavam habituadas a isso. -----

----- Os espectáculos na Av. Keil do Amaral, no anfiteatro que foi criado, têm tido uma afluência considerável, o fado vadio, no Bairro do Calhau, também, para os espectáculos de jazz o Restaurante de Montes Claros tem estado praticamente sempre cheio, portanto, diria que a iniciativa estava a produzir resultados consideráveis. Mas o principal, como referira o Deputado Municipal Dias Baptista, era o parque estar limpo, limpo a vários títulos, e as pessoas poderem ter lá um regime de acesso diferente aos fins-de-semana. -----

----- Disse, depois, que não compreendia quando havia quem dissesse que não se condicionava suficientemente o trânsito no meio dos edifícios na cidade, que se deveria proibir mais o acesso ao trânsito privado, e depois se viesse dizer que em Monsanto se exagerara na proibição do trânsito de automóveis privados num parque florestal, durante um fim-de-semana em que as pessoas deviam passear fruindo a natureza sem a libertação dos gases dos escapes dos automóveis. -----

----- Dava razão na questão do passe social porque, de facto, não fazia sentido que o passe social não pudesse ser ali utilizado nos transportes fornecidos pela Carris, e tomara nota dessa questão. -----

----- Quanto ao Terreiro do Paço, disse que também tomara nota do que foi dito. Hoje em dia toda a gente, ou alguma gente, adorava Ministérios no Terreiro do Paço, mas, enfim, cada um lá sabia o que defendia politicamente. Diria apenas que se tivesse sido ele a propor tirar os carros do Terreiro do Paço, se calhar tinha um debate na Assembleia com o argumento de que as pessoas tinham que ir para os Ministérios, o túnel do Metro ainda não deu efeito e tirar já os carros era insensato e imprudente. Mas, como não foi esta Câmara a tomar a medida, foi uma medida espectacular! Só deixava um alerta: é que os cidadãos no seu juízo pensavam o mesmo sobre cada uma das medidas, independentemente do que diziam os políticos e, portanto, gostavam da

orientação que era correcta independentemente do que cada um ia dizendo ou não consoante as circunstâncias. -----

----- Sobre o parque de estacionamento da Praça do Príncipe Real, disse que tinha parecer favorável do IPPAR, teve reservas em relação aos muretes nas zonas de saída, a zona de implantação não era por cima da Mãe d'Água, não tinha esses problemas, levantara polémica nos moradores e, por tudo isso, estavam a analisar o assunto para levar a reunião de Câmara e posteriormente da Assembleia Municipal. -----

----- Quase todos os parques de estacionamento vinham de antes, nem todos, mas muitos vinham. 100 novos lugares que iam abrir agora na Rua da Escola Politécnica não vinham, mas já o parque do Campo dos Mártires da Pátria vinha, e vinha de há 11 anos, desde 1992! -----

----- Quanto ao que foi dito pelo Deputado Municipal Pedro Soares, disse que tinha dúvidas se deveriam continuar com a política de habitação social que vinha sendo seguida ao longo dos últimos anos. Estava de acordo, procurara fazer isso ao longo do seu mandato anterior com uma política de integração maior em termos de pessoas de diferentes origens sociais. E dava um exemplo, até de bairros de PER bem construídos, mas que devido à pressa dos prazos do Poder Central e do Poder Local, era capaz de não ter havido, por vezes, alguma não consideração de todos os aspectos envolvidos. Por exemplo, a zona do centro comercial Gemini era agora uma zona que estava muitíssimo complicada, o centro estava a fechar exactamente desde que houve a instalação lá perto de alguns agregados e algumas comunidades. Eram problemas que tinham que considerar porque envolviam questões segurança graves para as quais tinham que olhar. -----

----- Portanto, embora houvesse PER feito no centro da cidade, esse junto do Gemini ou outro feito ao pé do hospital de Santa Maria eram questões complicadas. Não era uma questão do Executivo anterior, pensava que viria já do tempo do anterior ao que imediatamente antecederia o actual, mas, de facto, era uma política de habitação social que chocava porque a cidade estava marcada por sítios em termos de classes sociais. E isso não era feito nem no tempo do regime anterior, o que os devia fazer pensar e meditar. Pessoalmente tinha vivido no Bairro dos Olivais, o Sr. Vereador Vasco Fraco Franco morava e mora no mesmo prédio, onde, na prática, a congregação social não era feita do mesmo modo que foi feita algumas vezes depois do 25 de Abril. -----

----- E isto não era do Executivo anterior! Era uma política, diria, quase do regime: dos IGAPHs, dos INHs, dos vários Governos, era uma política que com toda a franqueza não lhe agradava porque uma pessoa andava por Lisboa e sabia logo que ali era um bairro do PER. Isso dava que pensar a todos, e a si também tinha dado bastante, embora procurando respeitar alguns compromissos existentes e assumindo a responsabilidade do que estava a ser feito agora. -----

----- Disse, ainda, que tomaram nota do que foi dito em relação a outras matérias, quer pela Junta de São João, quer pela Junta de Marvila, a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa poderia esclarecer a questão das pinturas dos edifícios que o Presidente da Junta de Marvila falara, e quanto ao atraso referido pelo Presidente da

Junta de São João nas obras numa determinada rua, disse que não tinha isso presente mas ia ver o que se passava. -----

----- Sobre as cooperativas disse que nos Lóios, mais para o lado da Praça Raul Lino, havia uma cooperativa que tinha protocolo mas não tinha escritura, depois outra tinha escritura, mas eram zonas onde a Câmara decidira que ali não devia haver construção. No entanto, a Câmara ia respeitar os compromissos existentes e estava a trabalhar no sentido de fornecer alternativas. Mas mais prédios em cima de prédios não! Prédios com as janelas a dez metros de distância dos outros prédios, não! Portanto, disseram não à construção de habitação e sim à construção de equipamentos desportivos ou zonas verdes. Na próxima quarta-feira haveria uma reunião no Gabinete da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa com dirigentes do movimento cooperativo para se tentar regularizar esse aspecto. -----

----- Relativamente à Av. Mouzinho de Albuquerque, disse que como o Presidente da Junta referira colocaram as lombas, faltava a semaforização, lamentava que ela depois de todos estes anos ainda lá não estivesse, mas iria tratar disso imediatamente. -----

----- Quanto à escola n.º 13, disse que as crianças, cerca de 20, saíram de lá para a escola n.º 23, mas o entendimento era que não se justificava manter aberta aquela escola. Sabia que o destino a dar à escola preocupava o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, que dentro do seu entendimento sábio proclamara esta semana à comunicação social que o Presidente da Câmara não fazia nada, mas dentro do seu não fazer nada – essa frase elegante que lhe advinha com certeza da sabedoria acumulada dos seus anos de vida – procuraria chegar a uma conclusão sobre o futuro a dar àquele imóvel, onde passara, nas últimas semanas, umas cinco ou seis vezes. Aliás, ainda ontem estive à porta da Junta de Freguesia a ver todo o aproveitamento que aquela zona podia dar. -----

----- Em relação ao centro de saúde da Quinta do Loureiro, disse que o problema era que não havia um preço. Ou seja, a Promoceuta não dava um preço e por isso estava para o Tribunal Arbitral! Essa era a única solução, porque a Câmara não tinha que pagar porque aquilo não tinha projecto, não tinha preço, não tinha custo, portanto estava para o Tribunal Arbitral para chegarem à conclusão como era que podiam pagar para a Promoceuta fazer a entrega da obra e ela depois poder abrir. -----

----- Abriam a piscina depois de rectificarem algumas questões de segurança, mandara pôr bombeiros na mesma porque algumas portas não abriam para fora como deviam abrir, mas, enfim, mandara-a abrir porque estava-se a chegar ao Verão e muitas daquelas crianças não tinham outro sítio onde nadar. Contudo, o problema era que isso também teve que ir para Tribunal Arbitral. -----

----- Em resposta à pergunta sobre quem avaliava os terrenos do Parque Mayer e da Feira Popular, disse que seriam os serviços da Câmara. Seria um representante da Câmara, outro dos privados e solicitariam a designação de um perito do Tribunal da Relação, mais um procurador, portanto seria, fundamentalmente, uma comissão externa de especialistas a fazer essas avaliações. Aliás, a Câmara não queria homologar avaliações nessa matéria, feitas pelos seus próprios serviços. -----

----- Quanto aos convites para o pavilhão para o ensaio das marchas, disse que aí não tinha chegado, mas também contribuir com um bilhete de vez em quando não ficava nada mal a ninguém. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra para complementar os esclarecimentos da Câmara, disse que apenas pretendia referir-se à repintura dos prédios de Chelas. Como era sabido, o material que havia sido adoptado foi um isolante, o termovite, que se mostrara inadequado e começara a cair em placas. Tentou-se novamente repintar os prédios e o material aplicado tornou a cair, entendendo então a Câmara que não tinha possibilidades de continuar de pintura em pintura. Aliás, isso até constituía um perigo para as pessoas que viviam na zona porque o material estava a desmoronar-se em placas, e eram placas com algum peso. Portanto, a Direcção Municipal de Habitação entendera pedir um estudo ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que era a entidade indicada para dizer qual o material a aplicar. -----

----- Só que, infelizmente, eram sempre processos morosos pelo que, neste momento, aguardavam ainda que o LNEC fizesse chegar a indicação de qual o material adequado para a repintura dos prédios. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 1 de Julho, em segunda reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 21 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----